



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA



Paulo Renato de Souza

Processos de acompanhamento de egressos dos cursos superiores no Instituto Federal do Piauí

Brasil

Teresina - Piauí, fevereiro de 2020

Paulo Renato de Souza

Processos de acompanhamento de egressos dos cursos superiores no Instituto Federal do Piauí

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de mestre em Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de pesquisa: Instituições e Políticas Públicas

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Centro de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

Orientador: Prof. Dra. Maria Fernanda Brito do Amaral

Brasil

Teresina - Piauí, fevereiro de 2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S729p Souza, Paulo Renato de.
Processos de acompanhamento de egressos dos
cursos superiores no Instituto Federal do Piauí / Paulo
Renato de Souza. – 2020.
64 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí,
Teresina, 2020.

“Orientador: Prof. Dra. Maria Fernanda Brito do
Amaral”

1. Educação Profissional. 2. IFPI – Egressos. 3.
Avaliação Institucional. I. Título.

CDD 353.8

PAULO RENATO DE SOUZA

**PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DOS CURSOS
SUPERIORES NO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

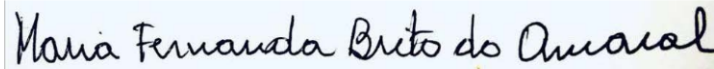
Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento Regional.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Maria Fernanda Brito do Amaral

Aprovado em 19 de janeiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Maria Fernanda Brito do Amaral (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Nelson Nery Costa (UFPI)
Examinador Interno



Assinado de forma digital por
EFREN PAULO PORFIRIO DE SA
LIMA:28723392304
Dados: 2021.01.21 08:35:46
+03'00'

Prof. Dr. Eflen Paulo Porfirio de Sá Lima (UFPI)
Examinador Externo ao Programa

Dedicatória

A minha esposa, Jacileide Nolêto.

A meus filhos, Marina Nolêto e Paulo Filho.

Agradecimentos

Meus agradecimentos iniciais dedico a Instituição de Ensino Superior, Universidade Federal do Piauí (UFPI) e ao Instituto Federal do Piauí (IFPI), que para nós piauienses e brasileiros representam dois centros de referência para a formação humana e profissional. Notadamente, a professora orientadora, Dr^a. Maria Fernanda Brito do Amaral, pelas importantes sugestões, contribuições, questionamentos e orientações, pela grandeza de sua postura ética, dedicada e altamente responsável, as quais fortaleceram, sobremaneira, o debate e o desenvolvimento da temática, permitindo ampliar substancialmente os conhecimentos em diversas áreas da gestão pública e ciências afins. E, em especial, a todos os docentes que contribuíram efetivamente, com esforço e dedicação, para a formação dos novos mestres em Gestão Pública.

Agradeço ao apoio Institucional da Pró-Reitoria de Extensão, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), na pessoa da professora Dr^a. Diva Amélia. Agradecimentos, igualmente, aos chefes imediatos, colegas de trabalho da Reitoria e demais Pró-Reitorias do IFPI e aos servidores que me deram apoio, de modo particular, ao Wanderson Costa, Janaína e Janete Márcia.

À minha família, amigos e amigas mais próximos pelo incentivo e respaldo dados durante a minha ausência e abstração para os estudos. E a todos os colegas de classe, que contribuíram para realização deste estudo com sugestões de aperfeiçoamentos.

Epígrafe

*"Não existe tal coisa como um processo de educação neutra. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a "prática da liberdade", o meio pelo qual homens e lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo."
(Paulo Freire)*

Resumo

Os egressos, concluintes de um processo de formação acadêmica, constituem a parcela representativa que reflete a qualidade do ensino oferecido pela Instituição. Disso, então, decorre a necessidade da implementação de uma política de acompanhamento dos mesmos. O Instituto Federal do Piauí (IFPI) surgiu como marco referencial na educação pública, técnica e profissional, oferecendo uma educação de nível médio e superior, formando milhares de alunos egressos. Neste trabalho, fruto de exaustiva pesquisa bibliográfica, documental, virtual, dentre outras fontes, apresentou-se o IFPI no contexto do desenvolvimento regional e analisou-se a promoção da endogênese dos seus egressos. Assim, este trabalho objetivou levantar dados institucionais a fim de realizar uma análise profunda da eficiência do processo atual de acompanhamento dos egressos do IFPI. Para alcançar o objetivo almejado, traçou-se um percurso metodológico por meio de uma revisão da literatura voltada para esse fim, qual seja, o acompanhamento e avaliação dos alunos egressos, com base em obras de renomados autores que sistematizaram pesquisas com esse tema, em diversos IFs do país, como: Carvalho, Deluiz, Machado, Coelho, Lima e outros, além de coleta de dados nos diversos arquivos institucionais. Por fim, como resultado alcançado nesta pesquisa revelou-se a enorme distorção ou desalinhamento entre o quantitativo de alunos ingressantes e egressos, que revela a pouca ou nenhuma efetividade de política de acompanhamento dos alunos egressos na Instituição. Daí a importância deste trabalho, pelo seu pioneirismo e ineditismo na abordagem deste tema. Além disso, dentro de uma visão holística de toda a pesquisa realizada, revelou-se a grandiosidade que um trabalho dessa natureza e magnitude nos proporciona, destacando que a exaustividade do trabalho não se esgota em si, pois muito ainda há que se fazer, em relação ao acompanhamento dos alunos egressos; como exemplo, a implementação de políticas públicas, ações e projetos de fomento para que a educação técnica e profissional atinja sua plenitude.

Palavras-chave: Educação Profissional. Egressos. IFPI. Processo de Acompanhamento. Avaliação Institucional.

Total de páginas da dissertação: 64 páginas.

Abstract

The graduates, who completed a process of academic training, constitute the representative portion that reflects the quality of education offered by the Institution. Thus, there is a need to implement a policy to monitor them. The Federal Institute of Piauí (IFPI) emerged as a benchmark in public, technical and professional education, offering high school and higher education, training thousands of students. In this work, the result of exhaustive bibliographic, documentary and virtual research, among other sources, IFPI was presented in the context of regional development and the promotion of the endogenesis of its graduates was analyzed. Thus, this work aimed to collect institutional data in order to carry out a thorough analysis of the efficiency of the current process of monitoring IFPI graduates. To achieve the desired objective, a methodological path was traced through a literature review aimed at this purpose, that is, the monitoring and evaluation of students, based on works by renowned authors who systematized research on this topic, in several FIs. of the country, such as: Carvalho, Deluiz, Machado, Coelho, Lima and others, in addition to data collection in the various institutional files. Finally, as a result achieved in this research, the enormous distortion or misalignment between the number of incoming and outgoing students was revealed, which demonstrates the little or no effectiveness of the policy of accompanying students who graduated from the Institution. Hence the importance of this work, due to its pioneering spirit and originality in approaching this theme. In addition, within a holistic view of all the research carried out, the greatness that a work of this nature and magnitude provides us was revealed, highlighting that the exhaustiveness of the work does not end in itself, as much remains to be done, in relation to the monitoring of the students; as an example, the implementation of public policies, actions and fostering projects so that technical and professional education reaches its fullness.

Keywords: Professional Education. Graduates. Labor Marker. IFPI. Monitoring Policy. Institutional Evaluation

Lista de ilustrações

Figura 1 – Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí - Fonte: SEPLAN (2007).	33
Figura 2 – Distribuição Territorial dos Campi - Fonte: CPA (Ciclo Avaliativo 2016).	34
Figura 3 – Distribuição das Unidades do IFPI - Fonte: Departamento de Comunicação – Nov/2014	35
Figura 4 – Território de Desenvolvimento Entre Rios	39
Figura 5 – Território de Desenvolvimento Vale do Rio Guaribas	43
Figura 6 – Território de Desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras	45
Figura 7 – Território de Desenvolvimento Chapada das Mangabeiras	47
Figura 8 – Território de Desenvolvimento Serra da Capivara	49
Figura 9 – Território de Desenvolvimento dos Cocais	50
Figura 10 – Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba	52

Lista de abreviaturas e siglas

APL	Arranjo Produtivo Local
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGU	Controladoria Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CPA	Comissão Própria de Avaliação
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
EaD	Ensino à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ETF	Escolas Técnicas Federais
FIC	Formação Inicial e Continuada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Institutos Federais
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAE	Pesquisa de acompanhamento de Egressos
PIB	Produto Interno Bruto
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

RFEPT Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

SEPLAN Secretaria de Planejamento

SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UNED Unidade de Ensino Descentralizada

Sumário

	Introdução	14
1	METODOLOGIA DA PESQUISA	20
1.1	Percurso metodológico	20
1.2	Revisão da literatura sobre metodologias de acompanhamento de egressos e experiências de avaliação	22
1.3	Objetivos e Hipótese	25
2	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANALISANDO O CASO DO IFPI NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	27
2.1	De Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) a Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI)	29
2.2	De Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) a Instituto Federal do Piauí (IFPI)	30
2.3	O Processo de Expansão do IFPI: A interiorização dos campi do IFPI	31
2.4	Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí – uma nova cartografia social do Piauí	32
3	A NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ	39
3.1	Inserção dos Campi Teresina-Central e Teresina-Zona Sul no contexto socioeconômico do Piauí	40
3.2	Inserção do Campus Angical no contexto socioeconômico do Piauí .	41
3.3	Inserção do Campus de Parnaíba e Cocal no contexto socioeconômico do Piauí	42
3.4	Inserção do Campus de Picos no contexto socioeconômico do Piauí	44
3.5	Inserção do Campus Paulistana no contexto socioeconômico do Piauí	44
3.6	Inserção do Campus Floriano no contexto socioeconômico do Piauí	46
3.7	Inserção do Campus Corrente e do Campus Oeiras no contexto socioeconômico do Piauí	47
3.8	Inserção do Campus São Raimundo Nonato e do Campus de São João do Piauí no contexto socioeconômico do Piauí	49
3.9	Inserção do Campus Piripiri e do Campus de Pedro II no contexto socioeconômico do Piauí	50
3.10	Inserção do Campus Uruçuí no contexto socioeconômico do Piauí .	52
3.11	Conclusão do capítulo	53

4	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS . . .	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	63

Introdução

Através de políticas públicas voltadas ao acompanhamento de egressos é que ocorre a promoção de uma política institucional de manutenção de vínculo da instituição com seus alunos egressos, pois, "espera-se das instituições de nível médio, técnico e superior que os egressos estejam aptos ao mercado de trabalho. Muitas instituições não se preocupam em saber como os ex-alunos estão quando saem ou finalizam seus cursos, do ensino médio ao superior e deste ao nível de pós-graduação" (SANTOS; SOUZA, 2015, p.1) . Mostraremos neste estudo que há a necessidade dessa preocupação, uma vez que grande contingente de egressos perde o vínculo com a instituição, por falta de políticas de acompanhamento de seus alunos egressos, quando lançados ao mundo do trabalho e isso se pode observar na própria fundamentação legal relativamente a esse tema, conforme se pode verificar, por exemplo, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o SINAES, que assim dispõe, em seu artigo 1º:

"Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996". (BRASIL, 2004)

Inferre-se disso que através desse Sistema, pode-se aferir o funcionamento da Instituição e, para isso, tem-se como um dos indicadores o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). No qual se faz a avaliação do desempenho dos alunos, relativamente ao conteúdo que foi ministrado durante o curso, conforme se vê também na Lei nº 10.861 que, em seu artigo 5º, § 1º, assim dispõe:

"O Enade aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento."(BRASIL, 2004)

Além do citado – referindo-se aos alunos concluintes do ensino médio – e tendo por base o que consta na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 36-A, pode-se afirmar que, se a formação geral do educando for atendida, esta poderá prepará-lo para exercer uma profissão técnica. Já, relativamente à educação superior, o artigo 43, inciso II, desta mesma Lei, revela ser necessário,

"formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento

da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua". (BRASIL, 1996)

Ainda com base na Lei supracitada, em seu artigo 10, inciso IV, aos Estados cabe

"autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino". (Idem, 1996)

Disso se depreende que incumbe ao Estado a verificação de como as Instituições de Ensino Superior estão ofertando seus cursos e como estão suas estruturas organizacionais. Para acompanhar o desenvolvimento e verificar o desempenho da instituição, bem como implementar as modificações necessárias para melhorar a qualidade do ensino que promove, faz-se necessário um acompanhamento de seus alunos concluintes. A portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997, que trata da Rede Federal de Educação Tecnológica, em seu artigo 9º, diz que os IFs e a SEMTEC devem implantar mecanismos de busca permanente de consulta aos setores interessados na formação de recursos humanos, objetivando identificar novos perfis requisitados pelos setores produtivos e adequar as ofertas de cursos (MEC, 1997).

O parágrafo único, dessa mesma Portaria, expressa que: "Os mecanismos permanentes deverão incluir sistema de acompanhamento de egressos e de estudos de demanda de profissionais"(BRASIL, 1997a).

Aqui reside a relevância dos Institutos Federais na educação do ensino médio, uma vez que, de acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, estes têm a responsabilidade de formar profissionais por excelência, competentes para o mercado de trabalho. Ratificando essa premissa, temos como referência o artigo 2º, § 2º: "No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais"(BRASIL, 2008).

Além dos fundamentos legais aqui apresentados para referenciar a necessidade de que haja o acompanhamento de egressos como forma de respaldar a qualidade do ensino oferecido pela Instituição, buscamos também na doutrina obras que abordam o tema "egressos" e sua importância como produto do ensino dado pela Instituição.

Inicialmente, destacamos o conceito do termo "egressos" trazido em (PENA, 2000), segundo o qual, este termo se refere a qualquer ex-aluno, quer sejam diplomados, desistentes, transferidos ou jubilados, ou seja, discente que já saiu da escola. Neste trabalho, o autor procurou na etimologia da palavra "egresso", o conceito para revelar o sentido concreto de sua significação, fazendo um estudo em que se pudesse mostrar a preocupação com a realidade brasileira. No contexto da pesquisa aqui feita, considera-se que no Instituto Federal do Piauí, egresso é o aluno que integralizou algum curso na instituição.

Destacamos aqui a pesquisa em (LOUSADA; MARTINS, 2005) que teve como objetivo expor o quão é importante e necessário se fazer um acompanhamento dos egressos para que as Instituições de Ensino Superior (IES) possam melhorar o processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa destes autores teve por fundamento experiências a respeito das percepções e motivações dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior (IES). Neste trabalho, concluiu-se que, realmente, para melhorar a qualidade dos serviços prestados, é necessária a institucionalização e o acompanhamento dos egressos. Ainda segundo os autores, um dos objetivos da Instituição Superior é inserir seus egressos aptos a exercer seu trabalho na sociedade e ainda obter retorno no que se refere à qualidade dos alunos que ela vem formando.

Além deste trabalho, há outros também de grande relevância, que abordam o tema, conforme se pode observar em (SILVA; NUNES; JACOBSEN, 2011), onde é mostrado que o acompanhamento dos egressos constitui-se num poderoso e fundamental instrumento para se conhecer do perfil profissional dos alunos formados, com o propósito de subsidiar melhorias na qualidade de ensino, da pesquisa, da extensão, bem como na gestão escolar, fortalecendo as atividades institucionais e a constante busca por melhorias na qualidade de vida da sociedade. O egresso poderá trazer imensuráveis contribuições para a instituição; possibilitando, inclusive, uma visão de aspectos importantes de procedimentos de avaliação e de processos educativos, destacando as necessidades da sociedade pela sua percepção.

No trabalho citado, vimos que a realização do acompanhamento dos egressos se faz conforme o que preconiza o SINAES, uma vez que os dados coletados junto aos egressos possibilitam a definição de ações e políticas, voltadas ao atendimento das demandas sociais.

Em (BRANDALISE, 2012), analisou-se a possibilidade de se efetuar uma avaliação da Instituição, a partir da visão do egresso, em que este possa expressar suas impressões, críticas e sugestões sobre o nível de realização ou satisfação em relação à formação recebida na Instituição. Chegando-se a concluir que, por meio da avaliação feita pelo aluno concluinte, o processo de implementação de melhorias na qualidade acadêmica se torna muito mais fácil e direcionado.

Através dessa pesquisa bibliográfica, este trabalho buscou sedimentar as várias visões que se podem abstrair, a partir do acompanhamento de egressos da Instituição, nos diversos focos para avaliação, seja da Instituição na acepção do aluno egresso, seja do qualidade do ensino no curso em que se formou, ou ainda, a avaliação da qualidade do próprio aluno egresso frente às demandas do mercado de trabalho.

Essa realidade está pautada em dados coletados em diversos setores da Instituição (Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Procuradoria Institucional, Departamento de Comunicação, dentre outros). A coleta de dados foi extraída de diversas fontes que, no nosso entendimento, às vezes, tratavam a situação dos egressos do IFPI de forma muito superficial, sem a preocupação em acompanhar em que situação o aluno está ou

não inserido no mercado de trabalho, desenvolve ou não atividade dentro de sua área de formação, ou mesmo se este egresso está ou não motivado a retornar à Instituição, tudo isso se manifesta pela inexistência de ações, programas ou projetos voltados aos alunos egressos. Buscamos informações na Comissão Própria de Avaliação (CPA)-Círculo Avaliativo 2016, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)-2014/2019, Procuradoria Institucional, Comissão Organizadora do Portal do Egresso no site do IFPI, dentre outras fontes.

Toda a pesquisa foi delineada a partir da leitura de experiências de acompanhamento e avaliação de egressos desenvolvidas em diversos campi do país, com uma literatura voltada para esse fim, considerando-se o fato de que, em nível de IFPI, o locus da pesquisa bibliográfica ficou bastante restrito, dado ao pioneirismo e ineditismo da pesquisa realizada, considerando ainda o fato de que o processo de expansão e interiorização do IFPI ainda é recente. Apesar de que os dados coletados revelam uma realidade aquém do ideal, pela discrepância quantitativa entre o número de ingressantes e concluintes na Instituição.

A coleta de dados foi realizada em diversos setores da Instituição que detêm as informações relativas a cada campi, no que se refere aos cursos que cada um oferece, bem como o quantitativo de ingressantes e concluintes em cada curso. Para isso, recorreremos à PROEN, à PROEX, à Ouvidoria Institucional, à CPA, bem como ao site da CGU, através do portal E-SIC. Utilizou-se nesta pesquisa uma metodologia que consiste em fazer um levantamento de uma fundamentação legal, bem como um levantamento bibliográfico sobre o tema egresso, para a apropriação de informações sobre como melhorar e possibilitar o acompanhamento de egressos da Instituição.

Toda a gama de informações coletadas constitui o corpus deste trabalho, dado ao volume expressivo de dados, além de referenciar aspectos que partem desde a caracterização dos Territórios de Desenvolvimento com suas potencialidades, através de seus APL's (Arranjos Produtivos Locais) à implantação do campus do IFPI, o que certamente traz a capilaridade para alavancar o desenvolvimento local e regional.

Vale lembrar que nesta dissertação servimo-nos de informações e dados coletados em documentos institucionais, literatura voltada ao processo histórico-documental do processo de expansão e interiorização do IFPI, bem como dados coletados em diversos setores da Instituição. A metodologia de pesquisa utilizada corresponde a um levantamento da legislação pertinente e a um levantamento bibliográfico (ambos referentes ao tema egresso) para adquirir informações sobre a melhor forma de promover o acompanhamento de seus alunos egressos, bem como buscar a contribuição destes para a melhoria do ensino na Instituição. Daí, a necessidade de uma contextualização sistemática das informações que nos remetem aos aspectos sócio-políticos, econômicos e culturais dos territórios de abrangência do IFPI.

Assim, esse trabalho dissertativo, além desta introdução, contém quatro capítulos.

No Capítulo I, abordaremos a metodologia da pesquisa realizada, contemplando o percurso metodológico, com ênfase na revisão da literatura sobre metodologias de acompanhamento e avaliação de egressos, para estabelecermos a fundamentação teórica para o desenvolvimento da hipótese, qual seja, a expansão e interiorização do IFPI descentraliza as oportunidades de formação profissional e tecnológica e tem contribuído para o desenvolvimento local e territorial, em suas áreas de abrangência; e os objetivos propostos, quais sejam, diagnosticar em que grau ocorre o acompanhamento dos egressos dos cursos superiores do IFPI, por meio da inserção dos alunos egressos e as condições oferecidas pelo mercado de trabalho, bem como analisar a relação entre a formação obtida na Instituição e as potencialidades oferecidas pelo mercado de trabalho nos territórios onde o IFPI está implantado. Para isso buscamos elementos em literatura voltada para esse fim, destacando autores de renome que desenvolveram trabalhos referenciados, no que tange ao processo de acompanhamento de egressos em diversas Instituições de ensino superior.

No Capítulo II, apresentamos, embora de forma sucinta, a trajetória histórica da Instituição que promoveu a transformação de Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) a Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-PI), dentro do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para atender às novas demandas sociais de formação de técnicos de nível superior; em 2008 ocorre a mudança de nomenclatura de CEFET-PI a Instituto Federal do Piauí (IFPI), implementando assim uma nova configuração; temos ainda, neste Capítulo, uma descrição de como ocorreu o processo de expansão e interiorização do IFPI, conhecendo os Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí e os Arranjos Produtivos Locais (APL's), verificados através de estudo de viabilidade do potencial produtivo da região, que o IFPI realiza antes de promover a implantação de qualquer de seus campi, que serviu de base para uma nova cartografia social do Piauí;

No Capítulo III, temos uma análise descritiva dos Territórios de Desenvolvimento, conforme trabalho realizado pela Secretaria de Planejamento do Estado de Piauí, apontando o contexto socioeconômico de cada um desses Territórios, que serve de referencial para a implantação dos campi do IFPI e os cursos a serem ofertados para atender às demandas locais; fechamos este Capítulo com uma retomada dos aspectos descritivos apresentados para contextualizar os dados coletados em pesquisa documental, que foram apresentados. Ainda neste capítulo, apresentamos, de forma ilustrativa e sistemática, dados coletados junto à CPA, PROEN, PDI, Diretorias de Ensino, além de dados fornecidos pela Procuradoria Institucional. Neste Capítulo temos, pelos dados apresentados, a atual situação dos egressos do IFPI. Aqui foram demonstrados, através de dados, a relação destoante entre o número de alunos ingressantes e de alunos egressos em cada campus, na linha cronológica de 2009 aos dias atuais.

No Capítulo IV, apontamos algumas externalidades que afetam, sobremaneira, o

desenvolvimento de políticas de acompanhamento de egressos. Aqui, mostramos fatos que revelam, por exemplo, a não imparcialidade da educação, ciência e tecnologia em relação ao mercado de trabalho que absorve o contingente de alunos egressos, atendendo a suas expectativas de inserção no mercado ou acarretando frustração de seus anseios. Também elencamos alguns aspectos que têm relevância em relação aos egressos da Instituição na relação entre o mercado de trabalho e a formação de mão-de-obra qualificada, o que pode atrair o egresso a manter vínculo com a Instituição ou afastá-lo dela.

Por fim, apresentamos nossas Considerações Finais, resgatando os resultados obtidos com a pesquisa, referenciados em dados coletados em trabalhos desenvolvidos pela PROEX, pela Procuradoria Institucional, pelo Departamento de Comunicação, em documentos institucionais relativos a todos os campi do IFPI.

1 Metodologia da pesquisa

Este Capítulo da Dissertação revela a metodologia adotada no trabalho, distribuídos em 03 tópicos: o percurso metodológico, a revisão da literatura atinente ao tema e análise da hipótese e dos objetivos que representam o cerne do trabalho aqui realizado.

1.1 Percurso metodológico

Inicialmente, neste capítulo, tem-se como propósito revisar a literatura sobre metodologias de pesquisa de acompanhamento de egressos, para subsidiar nossa pesquisa e sistematizar os dados coletados, apontando para os pontos de convergência desta com a avaliação de cursos e instituições de ensino. Em seguida, busca-se atingir os objetivos desta pesquisa que basicamente é demonstrar se os alunos egressos da Instituição estão, ou não, sendo absorvidos no mercado de trabalho e se há confluência entre a formação que é oferecida pela Instituição e as potencialidades de trabalho que a área de abrangência do IFPI oferece, promovendo a endogênese dos alunos egressos, para alavancar o desenvolvimento local e territorial; bem como se busca ratificar ou não a hipótese desta pesquisa, qual seja, diagnosticar se o ensino que a instituição oferece altera a condição socioeconômica dos seus beneficiários. Detalha-se nos tópicos seguintes a metodologia que foi aplicada na pesquisa, mediante a utilização de diversos meios, tais como: análise documental, pesquisas online e bibliográficas. Neste último caso, a investigação deparou-se com uma grande restrição, ou seja, a escassez de material escrito (livros, revistas e outros tipos de periódicos) sobre o objeto de estudo, considerando a incipiência do tema em relação ao IFPI.

A Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE) assume papel de importante protagonismo para a formação de cidadãos com o intuito de suprir as demandas do mercado de trabalho, como também alavancar o desenvolvimento das regiões atendidas. Isso se dá através de constante avaliação da qualidade de seus alunos egressos, que são o reflexo da atuação da Instituição, para que esta possa rever sua eficácia e poder adaptá-la, suprimindo suas necessidades com a implementação de políticas e programas para melhorar o ensino que oferece, com a elaboração do seu PDI, visando a atender às demandas sociais. Assim, avaliar seus egressos possibilita, ainda, através de sua CPA influenciar na implementação de planos e metas para o PDI, o que propicia progressos a longo prazo, já que integra um modo de planejamento de autogestão, apesar dos problemas a serem enfrentados, conforme será demonstrado em capítulo posterior.

Para qualificar a Pesquisa de Acompanhamento de Egressos do IFPI, precisamos nos reportar a um estudo de viabilidade técnica, que antecede a implantação dos campi,

dentro do processo de expansão e interiorização do IFPI, que consiste no levantamento de dados para constarem no projeto de expansão do IFPI. Considerando-se a localidade, o potencial humano, arranjos produtivos e os recursos das microrregiões do Estado, bem como o atendimento educacional às comunidades das microrregiões do estado do Piauí, para determinar as cidades-polos.

Diante disso, esta pesquisa contemplou a abordagem qualitativa, que na visão de Moreira e Caleffe:

"O maior objetivo desse modelo de pesquisa é: descrever uma situação como ela é. Não é uma pesquisa experimental e, portanto, pode ser também qualitativa. As entrevistas, por exemplo, não permitem a tabulação dos dados, mas são essencialmente um levantamento e, portanto, uma pesquisa survey." (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 244)

O que realmente procurou-se em todos os passos da pesquisa, desde as referências consultadas até a análise dos dados, foi mostrar de forma fidedigna a realidade dos fatos investigados, para retratar a real situação dos egressos do IFPI. Assim, à medida que a pesquisa avançava, questões muito peculiares se cristalizavam. Daí, o modelo caracteriza-se também como sendo pesquisa qualitativa.

Segundo Deslandes:

"A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si já é uma construção da realidade) através do método científico. O método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas que unem dialeticamente o teórico e o empírico)." (DESLANDES, 1994, p.17)

Como se pode observar, o conhecimento da metodologia e o domínio da técnica e dos meios para a coleta de dados favorecem a viabilização da produção do conhecimento.

Como as políticas públicas precisam de algum tempo para serem devidamente avaliadas e a implantação dos IFs é muito recente, a pesquisa que deu origem a esta dissertação se propôs, inicialmente, a registrar historicamente o processo de expansão e interiorização do IFPI e tecer algumas considerações políticas, as quais serão detalhadas a posteriori, tomando por base dados já conhecidos da história da educação profissional. A continuidade dos estudos sobre este assunto vai depender de novas observações e registros. O êxito desta pesquisa pode estar associado à fiscalização e vigilância constantes, para que se tenha tempo de corrigir possíveis desvios.

Agrega-se a isto, oferecer um ensino profissionalizante com qualidade superior, com vistas à inserção no mundo do trabalho, melhorando a empregabilidade e renda, é um dos maiores objetivos do plano de expansão e interiorização do IFPI.

Necessária se faz a avaliação das ações de acompanhamento dos alunos egressos, como política própria de governo, já que as políticas educacionais sempre estarão alinhadas com as políticas públicas governamentais. Assim, as instituições serão avaliadas em suas ações de acompanhamento de egressos e nos programas de educação continuada destes. Consoante, a portaria No 300 do MEC, de 30 de janeiro de 2006, aprovou o documento intitulado "Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior" do SINAES.

Deste modo, vê-se quão importante é a pesquisa dessa natureza, considerando-se o processo de acompanhamento e avaliação dos egressos no mundo do trabalho ser importante no processo de autoavaliação das Instituições. Há de se considerar de grande importância a capilaridade dos locais atendidos pelo IFPI, pela análise dos impactos da própria política pública de expansão e interiorização do IFPI.

1.2 Revisão da literatura sobre metodologias de acompanhamento de egressos e experiências de avaliação

A revisão da literatura sobre metodologias de pesquisa de acompanhamento de egressos e experiências de avaliação, quer seja da qualidade do profissional egresso formado, quer seja do curso oferecido pela Instituição, ou da própria Instituição no cenário político e social em que está inserida, em face dos objetivos propostos e da hipótese levantada para esta Dissertação, consiste na busca em conhecer o estado da técnica de trabalhos realizados sobre o tema, em renomados autores de diversas Instituições, a fim de estabelecer as bases desta pesquisa.

Fato constatado no decurso das leituras das obras dos autores aqui referenciados, é que há grande convergência de objetivos e resultados demonstrados pelos autores em suas experiências, que reforçam e incrementam este nosso trabalho, quando aqui se faz uma pesquisa de cunho descritivo, da realidade atual do IFPI no trato com seus alunos egressos, assumindo caráter histórico-documental, pelo fato da Instituição IFPI não dispor, ainda, de um repositório Institucional que trate deste assunto.

Passaremos agora a expor alguns autores e suas obras de referência voltadas ao tema de alunos egressos e experiências de avaliação em diversas instituições públicas de ensino superior, que podem estabelecer bases para futuras ações e projetos institucionais voltados para alunos egressos.

Inicialmente, neste percurso de revisão de literatura, destacamos o trabalho feito em (MACHADO, 2002), que teve seu foco direcionado ao mercado de trabalho, portanto, nos interesses das empresas por mão-de-obra qualificada por instituição pública de ensino; tendo como foco as necessidades das empresas no tocante à qualificação de recursos

humanos, procurou avaliar como as qualificações dos egressos estariam se adequando ao mercado de trabalho. Para isso realizou uma pesquisa junto a empresas com atividades alinhadas aos cursos da Instituição.

Se na obra referenciada acima, o foco era na empresa em relação aos egressos formados pela Instituição pública, destacamos agora (ROCHA et al., 2005), que foi publicado na Revista *Holos*¹, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET/RN, atual IFRN, cujo foco é centrado no egresso, buscando ver como estes avaliariam a qualidade do ensino recebido para sua inserção no mercado profissional, bem como, seus anseios frente à qualificação recebida no estágio e os problemas advindos após sua formação, se o exercício da profissão é ou não na área de formação, além da visão que têm sobre a avaliação do curso (qualidade de ensino) e habilidades adquiridas.

Destaca-se também (OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2008), cujo projeto apresenta uma série de objetivos gerais e objetivos específicos que estão alinhados com o estudo de viabilidade que o IFPI executa antes da implantação de seus campi.

Nesta obra, verificamos que dentre os objetivos gerais temos: determinar o nível de aprendizagem profissional dos egressos no decorrer do curso e após sua saída, como também, analisar as matrizes curriculares dos cursos e sua efetividade. Já quanto aos objetivos específicos temos: atribuir a devida importância do Estágio Curricular; reconhecer os segmentos da economia que mais inserem os egressos da Instituição; reconhecer os principais obstáculos que dificultam o acesso dos egressos ao mercado; identificar o grau de satisfação dos egressos, o grau de adequação entre a sua qualificação e as demandas sociais, entre outros. Vale lembrar que foi um projeto publicado no ano de criação dos Institutos Federais, que tem viabilidade de implantação em qualquer Instituição nos dias de hoje.

Outra obra que subsidiou este trabalho encontra-se em (COELHO; OLIVEIRA, 2012), feito na Universidade Federal do Pará (UFPA), sobre egressos dos cursos de licenciatura no município de Cametá-PA, em cujo estudo foi estabelecido um paralelo entre a política de gestão e as políticas de formação acadêmica, a fim de se obter uma visão, embora superficial, da relação existente entre a vida pessoal e a vida do egresso inserido no mercado de trabalho, levando-se em conta, também a relação existente entre os aspectos sociais locais e a Universidade interiorizada.

Na revisão de literatura voltada ao tema de egressos, em (VASCONCELOS, 2012) é feita uma análise cujo embasamento é o modo como os egressos percebem os graus de satisfação e qualificação no curso de graduação de Engenharia de Produção, com referencial teórico pautado em especialistas conceituados na área de gestão da qualidade. Concentrando o foco de sua pesquisa em analisar determinados aspectos relacionados ao

¹ Publicação online do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS>.

suporte extraclasse aos alunos, após o término do curso e durante o curso; além de analisar a estrutura da biblioteca; a coerência da avaliação em relação aos conteúdos ministrados e, finalmente, a satisfação dos alunos em relação à estrutura física da Universidade

Além dos trabalhos já referenciados e direcionados ao tema, em (DELUIZ et al., 2003) foram elaboradas diversas considerações sobre o desenvolvimento de metodologias de acompanhamento de egressos e, segundo o qual, se constitui em:

"(...)uma das formas de avaliação da eficácia e da efetividade social de Políticas Públicas e Programas de Educação Profissional. Esta avaliação tem por objetivo investigar os efeitos e/ou resultados das ações de Educação Profissional buscando analisar os impactos objetivos e substantivos, em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias de trabalho e vida dos egressos dos cursos e os impactos subjetivos, relacionados às mudanças na percepção dos concluintes sobre a sua qualidade de vida, expectativas e necessidades. A avaliação pode se ampliar se comparados os resultados alcançados e os não-alcançados; os esperados e os inesperados; os positivos e os negativos; os imediatos e os de médio/longo prazo; os resultados para os indivíduos e os grupos"(DELUIZ et al., 2003)

Relativamente aos impactos que uma efetiva política de acompanhamento de egressos se reflete na qualidade de vida destes e impactam diretamente nas aspirações profissionais advindas da formação obtida no IFPI e os resultados disso em relação à absorção no mercado de trabalho e, conseqüente melhora no nível de renda.

A efetividade de uma política pública, seja na educação profissional, tecnológica ou superior, sempre terá como foco a formação voltada à internalização do processo de desenvolvimento local e territorial, a depender do processo de avaliação e acompanhamento de egressos e da metodologia a ser empregada neste processo. Dessa forma, corroborando com Machado, que ressalta a importância do

"(...) compromisso com a formação manifestado pelo comprometimento da instituição por uma política de melhoria da qualidade do ensino, embasada pela abordagem dos ex-alunos como parte do processo de avaliação da instituição de ensino." (MACHADO, 2010, p.91)

Após a apresentação do estado da técnica dos principais trabalhos com as devidas ponderações, podemos sistematizar, embora de forma sintética, alguns pontos de convergência na literatura aqui revisada, que subsidiam este trabalho dissertativo no que concerne à hipótese e os objetivos propostos. Podemos deduzir que o processo de acompanhamento de egressos oferece elementos que solidificam o fazer docente e a avaliação da Instituição permite o levantamento de dados para o aperfeiçoamento curricular e dos cursos e avalia o comportamento do egresso no mercado de trabalho em face de suas necessidades e expectativas; além de promover a interação com o contexto local, abrangido pela Instituição, direcionando suas ações para o atendimento das demandas locais.

1.3 Objetivos e Hipótese

Com a reforma implementada na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais, abre-se o processo de expansão e interiorização dos campi, como forma de descentralizar e desconcentrar as oportunidades de formação profissional e tecnológica, contribuindo para a redução do êxodo decorrente das deficiências do sistema de ensino.

Conforme já descrito na introdução, o objetivo central deste trabalho é analisar de que forma o processo de interiorização do IFPI impacta para a endogenização do desenvolvimento local e territorial. Para tanto, foram adotados alguns aspectos que remetem a esse objetivo, tais como a forma de como o egresso está sendo inserido no mercado de trabalho; como a absorção do egresso no mercado promove uma melhora na qualidade de vida, objetivamente com o aumento da renda e, além disso, abre a possibilidade de continuação dos estudos na Instituição, como forma de manutenção do vínculo institucional. Neste intuito, busca-se consignar a configuração da inserção dos egressos dos cursos superiores em vista da expansão recente do IFPI e se essa inserção está ocorrendo de modo satisfatório, considerando o mercado de trabalho dos territórios que são beneficiados com a expansão e interiorização do IFPI.

Desse objetivo geral decorre a hipótese aqui estabelecida de que a expansão e interiorização do IFPI promove a descentralização e desconcentração das oportunidades de educação profissional, tecnológica e superior no Piauí e representa também um marco referencial na trajetória acadêmica de formação profissional dos alunos formados, podendo modificar significativamente sua qualidade de vida.

Por outro lado, percebe-se uma tênue relação entre a formação dada aos egressos e as potencialidades dos territórios de abrangência do Instituto. O que em consequência, revela uma inserção dos alunos egressos no mercado de trabalho distante das expectativas.

Por fim, conhecendo a hipótese apresentada para o desenvolvimento deste trabalho, bem como o objetivo geral perseguido no mesmo, podemos elencar como objetivos específicos: analisar a correlação existente entre a formação dada pelo IFPI e as potencialidades oferecidas atualmente pelo mercado de trabalho e analisar o grau de inserção e as condições oferecidas pelo mercado de trabalho aos alunos egressos do IFPI, nos municípios em que há atuação da Instituição no Estado do Piauí e onde há alunos formados.

No Capítulo que segue, será abordado o processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação, no qual o IFPI está inserido, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura. Far-se-á um resgate histórico das mudanças ocorridas na Rede Federal de Educação, limitando nossa abordagem às transformações organizacionais ocorridas com as mudanças de Escola Técnica Federal do Piauí para Centro Federal de

Educação Tecnológica e, posteriormente, para Instituto Federal do Piauí.

2 Expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica: analisando o caso do IFPI no contexto do desenvolvimento regional

Neste Capítulo, faz-se um resgate histórico, necessário, das alterações ocorridas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para que se possa compreender o que representa a Instituição IFPI no contexto do desenvolvimento regional, no que tange à formação de mão-de obra qualificada.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), da qual o Instituto Federal do Piauí (IFPI) faz parte, chega à segunda década do século XXI, completando 111 anos de uma trajetória histórica e revolucionária na educação do país, moldada por políticas e diretrizes que tornam a educação profissional um referencial na formação cidadã e humana, do qual se depreende seu papel social, "como elemento criativo de alavancagem, junto com outras políticas e ações públicas, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil"(MEC, 2004c).

Nesse percurso histórico, secular, a educação passou por processos de adaptação às políticas sociais, econômicas e culturais. Diante disso, estabelecemos como marco limitador deste trabalho, o período em que houve a mudança de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) para Instituto Federal do Piauí (IFPI), mais precisamente com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, imprimindo dessa forma uma nova configuração, um novo conceito de educação. Mas não houve mudança apenas da denominação, da sigla, pois as diretrizes, os objetivos a que se propunham vêm permeados de ideologias políticas que afetam diretamente o sistema educacional do país.

Esse novo conceito de educação é reflexo da realidade vivida pelo país alguns anos antes de sua implementação. Daí, vale referenciar alguns fatos que conduziram a transformação da educação no Brasil, para se chegar ao *status quo* a que hoje nos encontramos. Inicialmente, destaca-se a realidade vivida pelo Brasil na década de 1990, em que houve a abertura financeira e comercial, colocando o Brasil em situação de inferioridade no mercado internacional e de pouca inovação tecnológica, bem como "a falta de especialização da mão-de-obra provocaram o agravamento da oferta de postos de trabalho em todos os segmentos da economia" (CARVALHO, 2011, p. 9) .

Outro fator que contribuiu para as mudanças na educação nacional foi a implementação do ideário político neoliberal, em que se ventilou, inclusive, a possibilidade de privatização das antigas Escolas Técnicas Federais, bem como das Universidades Federais, onde aquelas praticamente foram "desmanteladas, tiveram seu funcionamento quase

inviabilizado" (PACHECO, 2010, p. 7) . Assim, o foco em políticas de desenvolvimento local e regional foi esquecido, "houve uma reconfiguração das políticas sociais e econômicas adotadas pelo Estado, que passaram a priorizar a estabilidade macroeconômica" (LIMA; LIMA, 2011, p. 72) .

Com esse pensamento, o neoliberalismo via as Escolas Técnicas como

"(...) um verdadeiro desperdício do dinheiro público, já que seu objetivo precípua – a formação de mão de obra para o mercado de trabalho – supostamente não estaria sendo cumprido por conta da trajetória de seus egressos que se dirigiram para o ensino superior e não para o mercado de trabalho." (ARRUDA, 2010, p. 125)

A partir disso, processa-se a transformação das Escolas Técnicas Federais (ETF's) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), através da Lei nº 8.948/94, para destruir o argumento de que as Escolas Técnicas ofereciam uma educação ponte para a classe média ascender a cursos superiores. Justifica-se a ideia pois

"como questionar uma reforma de ensino que tem como pressuposto a ampliação do acesso das camadas populares a um ensino médio técnico de qualidade que potencialize suas chances no mercado de trabalho?" (Idem, 2010, p. 130)

Mesmo com a transformação das ETF's em CEFET's, o país continua como "portador de um sistema educativo bastante elitista, no sentido de que o direito à educação, em todos os níveis é um alvo distante" (OLIVEIRA; DUARTE, 2005, p.280). Nesse contexto, surge a questão de que

"é preciso superar definitivamente a concepção que separa a educação geral e propedêutica da específica e profissionalizante, a primeira destinada aos ricos, e a segunda, aos pobres"(BRASIL, 2004, p. 21) .

Assim, os CEFET's buscam promover a igualdade de acesso ao ensino público e de qualidade, porém o que se observa é que a classe média continua usando a estrutura que é oferecida como ponte de acesso às universidades. Daí, com essa constatação, o governo cria os Institutos Federais, que passam a oferecer ensino de nível médio e de nível superior, este na modalidade de licenciaturas, tecnologias e bacharelados, inclusive em nível de pós-graduação.

2.1 De Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) a Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI)

A transformação da Escola Técnica Federal do Piauí em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) aconteceu em 1999, dentro de um programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). Essa transformação de Escola Técnica em Centro Federal ocorreu para atender as necessidades sociais de técnicos de nível superior, devido à expansão dos conhecimentos e pelo avanço nos sistemas produtivos (RODRIGUES, 2008).

Nesse mesmo ano, ocorreu o primeiro vestibular da Instituição, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Em 2001, inicialmente, foi ofertado o primeiro curso superior na área de saúde, o de Tecnologia em Radiologia. Depois, ainda no ano de 2001, o CEFET-PI, implantou outros cursos, totalizando dez: Gestão de Recursos Humanos; Alimentos; Radiologia; Geoprocessamento; Gestão Ambiental; Secretariado Executivo; Redes de Comunicação; Ciências Imobiliárias; Comércio Exterior e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. E, no ano seguinte, foram implantados os cursos de Licenciatura em Biologia, Matemática, Física e Química.

Em decorrência da recente e rápida expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) no início dos anos 2000, a educação técnica e profissional passa por um processo de reestruturação como uma nova política pública para salvaguardar o desenvolvimento do país, em que um dos objetivos precípuos é incluir jovens e trabalhadores no mercado de trabalho.

Além disso, há que se considerar que a expansão e interiorização das Instituições componentes da RFEPT, no início do século XXI, ocorreu de forma exponencial e isso se deve ao respaldo social, em nível nacional, que as Instituições de ensino que compõem a Rede têm. A tradição secular da RFEPT constitui-se num referencial nesta modalidade de ensino no Brasil e isso se justifica pelo fato de seus alunos beneficiários despontarem sempre no topo das avaliações em níveis nacionais, dada a qualidade do ensino que estas escolas oferecem. Assim, a inigualável qualidade na formação em cursos de nível médio e superior dos, hoje, Institutos Federais reflete como um diferencial nesta modalidade de ensino em alguns municípios, onde a escassez de oportunidades de trabalho, bem como de acesso a uma educação de qualidade, é latente. Com isso, a demanda tem aumentado a cada ano por não existir no Piauí outras instituições públicas que ofereçam cursos voltados para a área tecnológica.

Na visão de Pacheco, a educação profissional e tecnológica é considerada uma "estratégia de ação política e de transformação social", não somente

"como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros." (PACHECO; 2010, p. 15)

No documento do MEC, intitulado Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, faz-se um resgate do ideário e principiologia gerais que norteiam a educação profissional e tecnológica, tendo por base o

"compromisso com a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico, a vinculação à educação básica e a uma escola pública de qualidade (...), esta educação está alicerçada em alguns pressupostos como: integração ao mundo do trabalho, interação com outras políticas públicas, recuperação do poder normativo da LDB, reestruturação do sistema público de ensino médio técnico e compromisso com a formação de valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica." (MEC, 2004b)

Com base nisso, molda-se um novo pressuposto nuclear para a nova política educacional no Brasil, no que concerne à sua missão social. Ou seja, além de proporcionar à sua clientela uma formação com foco na educação voltada à produção, esta não pode estar desatrelada dos aspectos do conhecimento regular, formal, propedêutico, nos quais se busca uma formação plena, tanto humana como cidadã, despertando no seu aluno assistido o senso crítico, para melhor entendimento da realidade em todas as suas dimensões, sejam elas humana, política, social, econômica ou cultural.

Nesse contexto, percebe-se que os CEFET's já não atendem às demandas da sociedade que anseia por uma formação de nível superior, equiparada ao que se tem nas Universidades e considerando a qualidade de ensino que a Instituição oferece, bem como sua capacidade estrutural, promove-se, então, a transformação dos CEFET's em Institutos Federais.

2.2 De Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) a Instituto Federal do Piauí (IFPI)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) foi criado pela Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mudando a nomenclatura de CEFET-PI para IFPI, assumindo dessa forma uma nova configuração. Em dezembro de 2009, estava com 5 (cinco) campi em funcionamento: dois em Teresina, um em Floriano, um em Picos e outro em Parnaíba.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da portaria no 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabelece que o processo de expansão dos Institutos Federais ocorrerá mediante a constituição e estruturação das seguintes unidades administrativas, desde que

sejam observados os objetivos, as finalidades, as características e a estrutura organizacional: Campus¹, Campus Avançado², Polo de Inovação³, Polo de Educação à Distância⁴, Centro de Referência⁵.

Em 2014, o IFPI possui uma Reitoria e 17 campi, distribuídos em 18 municípios do Estado do Piauí, o que corresponde à sua composição atual, sendo a Reitoria e dois campi em Teresina, e os demais assim distribuídos: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença do Piauí. Como parte do plano de expansão do Governo Federal, foram implantados três Campus Avançados (José de Freitas, Pio IX e Teresina Dirceu) e um Centro de Referência em Programas e Projetos Especiais de Guadalupe⁶.

2.3 O Processo de Expansão do IFPI: A interiorização dos campi do IFPI

O processo de interiorização do IFPI, promovido ainda quando funcionava como CEFET-PI, começou em Floriano e, posteriormente, procurando pontos estratégicos do Estado, implantou mais duas unidades: uma em Picos e uma em Parnaíba.

Dentre os objetivos almejados por esse processo de interiorização destacamos: possibilitar satisfação e melhoria do nível de qualidade de vida da população daquelas regiões abrangidas pelos Campi; difundir a tecnologia no interior do Estado, permitindo a adoção e o desenvolvimento de novos processos de produção e de transformação; estimular o não-deslocamento da população estudantil para outras regiões, em decorrência da falta de instituições adequadas ao prosseguimento nos estudos, além de oportunizar o acesso aos cursos de ensino médio, prioritariamente integrado ao ensino profissionalizante e superior.

Todos os Campi devem estar alinhados com princípios e valores comuns histori-

¹ Campus, voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial.

² Campus Avançado, vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

³ Polo de Inovação, destinado ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica.

⁴ Polo de Educação a Distância, destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, que poderá ser criado por meio de parceria com órgãos da administração pública, com o objetivo de expandir o atendimento às demandas por formação profissional em todo o território de abrangência do Instituto Federal.

⁵ Centros de Referência, vinculados às suas respectivas Reitorias, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica.

⁶ Este centro ainda está sem funcionar.

camente estabelecidos, dentre os quais destacamos: o respeito às características de cada região, orientando a oferta de cursos e a atualização curricular para que atendam às demandas locais e regionais; a integração com o segmento empresarial, como estratégia de oportunidades à comunidade interna, buscando ampliar a oferta estágios/empregos aos alunos/egressos da Instituição; a participação nas manifestações culturais, artísticas, científicas, esportivas e educacionais, promovidas pelas comunidades locais e regionais, dentre outros.

Nesse contexto, o IFPI, em seu processo de expansão e interiorização, sempre realiza um estudo de viabilidade do potencial produtivo da região que irá atender, tendo por base a divisão do Estado do Piauí dividido em Territórios de Desenvolvimento.

Essa divisão do Estado do Piauí em Territórios de Desenvolvimento representa a nova cartografia social do Estado, com vistas ao desenvolvimento territorial e local por meio dos Arranjos Produtivos identificados e que servirão de base para a implantação dos campi do IFPI no atendimento das demandas sociais, buscando a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários, bem como promovendo a fixação de seus alunos egressos nos locais em que são formados.

Ainda dentro deste contexto de resgate histórico do processo de expansão e interiorização da Instituição, procederemos a uma análise descritiva dos Territórios de Desenvolvimento do Estado de Piauí com o objetivo de mostrar a relação entre o Território de Desenvolvimento e seus APL's e a atuação do IFPI, quanto à escolha das cidades-polos e os cursos a serem oferecidos, em atendimento às demandas locais.

2.4 Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí – uma nova cartografia social do Piauí

A partir deste ponto, procederemos a uma análise descritiva de uma representação cartográfica do Estado do Piauí elaborada pelo Governo do Estado para que se delimitem as várias áreas que formam o Estado, considerando as potencialidades e os aspectos produtivos de cada uma delas, ao que chamamos de Territórios de Desenvolvimento.

Ressalte-se que isso se constitui na referência básica do nosso trabalho, uma vez que o IFPI, antes de ser implantado em uma determinada região do Estado, realiza estudos e pesquisas de viabilidade produtiva em cada uma delas, que definirão a atuação estratégica de cada campus a ser implantado.

Não podemos compreender a magnitude do impacto social, econômico, político e cultural da implantação dos diversos campi do IFPI em toda a extensão territorial do Estado, por meio da oferta de uma formação técnica/pública profissional e tecnológica

que disponibiliza uma mão-de-obra qualificada para atender às demandas locais, para que se possa, assim, avaliar a qualidade do ensino promovido pelo IFPI, no desempenho de seus alunos egressos e inseridos no mercado de trabalho. Diante disso, percebe-se que há uma necessidade primordial de se fazer uma análise dos Territórios de Desenvolvimento do Estado para dar suporte à implantação de um campus do IFPI.

Partiremos da premissa de que a vocação produtiva dos Territórios de Desenvolvimento será determinada pela identificação dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) como procedimento estratégico e basilar para o direcionamento das ações que nortearão toda a atuação do IFPI na região.

A Figura 1, demonstrada abaixo, apresenta o mapa do Piauí com destaque de seus territórios de desenvolvimento, conforme divisão definida em 2007 pela Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN). O que dá suporte aos Estudos de Viabilidade implementados pelo IFPI e direciona sua atuação, conforme as potencialidades locais. Vale ressaltar que a implantação do IFPI nos Territórios de Desenvolvimento é feita de forma criteriosa, tendo por diretriz a vocação produtiva do local que irá atender.



Figura 1 – Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí - Fonte: SEPLAN (2007).

Essa divisão representa as potencialidades encontradas no Estado e serve de referencial para a implantação dos Campi do IFPI. A observância a essa divisão cartográfica do Estado é o que norteia a gama de critérios a serem observados para a implantação do campus considerando em cada território sua vocação produtiva, a fim de que a Instituição

(IFPI) direcione suas ações para atender aos anseios da comunidade a ser beneficiada com a implantação do campus.

A Figura 1, demonstrada abaixo, apresenta a distribuição territorial dos Campi do IFPI no Estado, ou seja, o mapa mostra as cidades-polos onde a Instituição tem base após o processo de expansão. Ressalte-se que, no processo de expansão, o IFPI focaliza os diversos Territórios de Desenvolvimento do Estado.

Nesta fase II da expansão da Rede Federal, iniciada ainda em 2007, foi autorizada a construção de mais 6 (seis) UNEDs no Piauí a serem implantadas nas cidades de Angical, Corrente, Paulistana, Piriapiri, São Raimundo Nonato e Uruaçu.

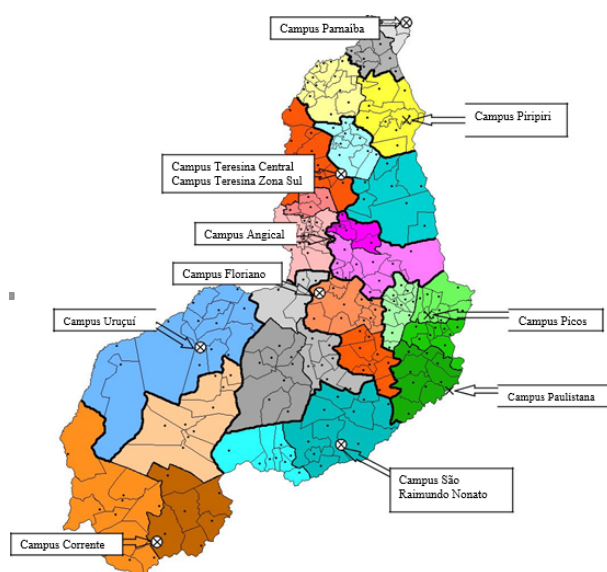


Figura 2 – Distribuição Territorial dos Campi - Fonte: CPA (Ciclo Avaliativo 2016).

No segundo semestre de 2013, entraram em funcionamento os campi de Pedro II, Oeiras, São João do Piauí e, em 2014, os de Campo Maior, Cocal e Valença do Piauí, além de 03 (três) campi avançados (José de Freitas, Dirceu Arcoverde e Pio IX), contando hoje com 20 (vinte) unidades, distribuídas em 18 (dezoito) cidades do Estado do Piauí, conforme se verifica no mapa abaixo. Com investimentos na ampliação dos espaços físicos e na qualificação dos servidores, o Instituto Federal do Piauí vem reafirmando o compromisso com a inovação e com o aperfeiçoamento das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Diante disso, o IFPI demonstra-se inserido plenamente no processo de expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico, promovendo a interiorização de sua área de atuação, respeitando as particularidades e peculiaridades dos territórios em que atua. Assim, o IFPI possui unidades em funcionamento, ofertando cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, bem como na modalidade de ensino a distância, conforme se vê na Figura 3, demonstrada abaixo, nos seguintes Territórios:

- a) Planícies Litorâneas - Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais - Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical, Campus Dirceu e Centro de Referência em EaD e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara - Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras - Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba - Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito - Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos, Campus Paulistana e Campus Avançado Pio IX;
- j) Vale do Rio Canindé - Campus Corrente e Campus Oeiras.



Figura 3 – Distribuição das Unidades do IFPI - Fonte: Departamento de Comunicação – Nov/2014

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI, garante não apenas a permanência do estudante em sua própria cidade de origem, como o seu deslocamento até o campus mais próximo, sem necessidade de fixar residência nessa cidade. Visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pela elevação da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos Arranjos Produtivos Locais (APL's), culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Evidentemente, considerando a

característica do Território, o campus atuará de modo mais expressivo em um ou outro aspecto do desenvolvimento regional. Atualmente, são oferecidos cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos, na modalidade presencial ou a distância. Há também cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, além de diversas opções de especialização e o de Mestrado em Engenharia de Materiais.

De acordo com o PDI, o IFPI, como instituição de educação básica, profissional e superior, com ação pluricurricular e multicampi, atua no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, nos níveis básicos, por meio dos cursos de nível médio integrado e técnico subsequente, no nível superior, através dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado, e, no nível de pós-graduação, com cursos de especialização e mestrado. Atua ainda na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento.

Ainda segundo o PDI, através da formação e qualificação de profissionais da pesquisa e da extensão, busca dar sua contribuição para o progresso tecnológico alinhado com os diferentes setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do Piauí e da região Nordeste do Brasil.

Em sua atuação consolidada no campo da formação profissional, atualmente o IFPI oferece cursos nas modalidades presencial e a distância, enquadrados nos seguintes eixos tecnológicos: ambiente e saúde; segurança; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social, infraestrutura; gestão e negócios; turismo, hospitalidade e lazer; informação e comunicação; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial e recursos naturais.

Além disto, vê-se que a expansão e interiorização da RFEPT pressupõe ser um fator significativo para a promoção do desenvolvimento local e territorial, de forma sustentável, além de dar sua contribuição para apoiar e promover os APLs.

A partir dessas ponderações, então, vê-se como um grande desafio estabelecer relação entre educação profissional e desenvolvimento local, através da promoção dos APLs e da implementação de novos processos inovativos, devido a necessidade de se estabelecer como a educação científica e tecnológica pode dar sua contribuição para isso e, assim, revelar ou fortalecer as potencialidades locais.

Por isso, torna-se necessário identificar e analisar as cadeias produtivas locais, para que se realize um planejamento estratégico e eficaz para ofertar uma educação profissional de qualidade. Sem esquecer de que existem inúmeros riscos nas proposições que envolvem a política de expansão da RFEPT. Ao que apontamos como sendo o principal deles, seria a separação, a divisão entre as realidades locais e a forma de inserção ou integração que se pretende dos indivíduos ao mundo do trabalho, o que se revela como uma desconexão

entre esses fatores e isso implicaria no atendimento às demandas potenciais, ou mesmo efetivas destes locais.

O que realmente se tem por certo, é que este desafio da expansão e interiorização da RFEPT, bem como o propósito de promover o desenvolvimento integral do homem, nas dimensões local e territorial, vai além da dimensão educacional. O risco, em verdade, está na possibilidade concreta de transformar os locais de abrangência da educação profissionalizante em centros de produção de mão-de-obra de qualidade, sem estabelecer as correlações com as cadeias produtivas locais e territoriais, em vez de promover sua autonomia e emancipação.

Conforme já explicitado neste trabalho, a interiorização da RFEPT realça e reforça o papel estratégico da educação profissional e tecnológica. De acordo com Pacheco,

"os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária." (PACHECO, 2010, p. 16)

Em (MEC, 2004a), procura-se reafirmar a educação profissional e tecnológica "como direito e bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social", a qual se empenha pela:

"redução das desigualdades sociais e regionais, vincula-se ao projeto de nação soberana e de desenvolvimento sustentável, incorporando a educação básica como requisito mínimo e direito de todos os trabalhadores, mediados por uma escola pública com qualidade social e tecnológica." (MEC/SETEC, CONCEFET, CONDAF, CONDETUF e SINASEFE, 2010)

Deste modo, para a manutenção da atualização e o acompanhamento da rápida transformação tecnológica, bem como a garantia dos direitos sociais do trabalhador, educação profissional e tecnológica buscaria:

"ter, necessariamente, a intencionalidade estratégica do desenvolvimento, recusando, pois, reduzir o seu alcance a mera adaptação da formação escolar e paraescolar a necessidades dos empregadores, das forças vivas, do mercado de trabalho, sempre imprecisamente esclarecidas, o que vem a ser, em regra, definido em função do estado conjuntural de diversas relações de força" (MEC, 2004c)

À base dessas reflexões, deduz-se que promover do desenvolvimento local não é comum, fácil, para que se compreenda o significado de "desenvolvimento".

Por fim, no Capítulo que segue, faz-se uma análise de uma "nova cartografia social do Estado do Piauí", a partir da implantação dos campi do IFPI, através de mapas de

cada território. Finalizando cada tópico com os dados que mostram a realidade atual de cada campus no que se refere aos cursos ofertados, a quantidade de alunos ingressantes e a quantidade de alunos egressos.

3 A nova cartografia social do estado do Piauí

A partir das informações aqui expostas, coletadas junto à CPA e o PDI da Instituição, com base em estudos realizados pela SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado de Piauí) faremos uma análise da "nova cartografia social do Estado do Piauí", a partir da implantação dos campi do IFPI, com vistas as realidades presentes nos mais variados Territórios de Desenvolvimento, bem como iremos perceber que essa caracterização dos Territórios converge para a realização do estudo de viabilidade produtiva que o IFPI realiza como ação prévia para implantação de seus campi, bem como para direcionar a indicação dos cursos que podem ali serem oferecidos.

É importante lembrar que os cursos oferecidos pelo IFPI e as demandas sociais locais mantêm apenas uma conexão relativa, dada à grade de cursos que a Instituição possui, que é limitada, e as particularidades e peculiaridades que os Territórios apresentam. Além de se considerar uma gama de aspectos externos que interferem diretamente na escolha dos cursos oferecidos. Vale salientar que o foco na oferta de cursos está voltado principalmente para a formação técnica e profissional de seus alunos, que na condição de egressos da Instituição, possam ser o reflexo da qualidade do ensino que a escola oferece, bem como seja promovida a fixação desses egressos no Território em que se formou, para promover o desenvolvimento local e territorial.



Figura 4 – Território de Desenvolvimento Entre Rios

3.1 Inserção dos Campi Teresina-Central e Teresina-Zona Sul no contexto socioeconômico do Piauí

Os Campi Teresina Central e Teresina Zona Sul estão situados no município de Teresina, no Território Entre Rios, apresentando diversos fatores para o crescimento do Estado do Piauí, conforme dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Teresina. A Figura 4, demonstrada acima, apresenta o território de desenvolvimento Entre Rios onde está localizada Teresina e demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região. A implementação em Teresina de políticas sociais pelo poder público nos últimos 15 anos tem sido de suma importância para melhorar as condições de vida de sua população, contribuindo para que a capital do Estado do Piauí tenha alcançado atualmente o menor índice de mortalidade infantil dentre as capitais do Nordeste e ocupado, segundo dados do PNUD do ano de 2000, a quarta posição no índice de longevidade.

Dentre os aspectos estruturais inerentes à economia, o que mais se evidencia em Teresina, pela relevância social que representa, é o grau de inserção das pessoas no processo produtivo do seu setor formal, que, em termos relativos, apresenta-se elevado. Isso significa uma participação expressiva de pessoas na economia de Teresina em relação ao seu PIB (Produto Interno Bruto). Com isso, pode-se afirmar que se inserem mais pessoas para a produção de uma mesma quantidade de bens e serviços, em Teresina, do que nas demais capitais da região Nordeste, com exceção de João Pessoa.

A intensidade da presença de pessoas no processo produtivo em Teresina é identificada quando se compara essa situação com a capital mais próxima, que é São Luís. Considerando que na economia há uma correlação da população ocupada com seu Produto Interno Bruto - no qual geralmente o primeiro indicador aumenta com a elevação do segundo - observa-se que o nível de ocupação de pessoas na atividade econômica em Teresina é bem mais elevado, em termos relativos, do que em São Luís. Porém, quando se trata de indicadores econômicos, Teresina ocupa o último lugar, dentre as capitais da região, no que se refere ao valor do seu Produto Interno Bruto per capita.

Mediante essas informações, deduz-se que o desenvolvimento humano de Teresina acontece mais pela adoção de políticas sociais, do que pelo dinamismo interno de sua economia. Diante dessa situação, há necessidade de o poder público planejar e implementar políticas de modo a proporcionar condições objetivas para um maior desenvolvimento econômico de Teresina, no sentido de gerar um nível de emprego e renda, a fim de que sua economia tenha maior incidência nos indicadores sociais.

Diante dessas informações, vale ressaltar que o campus Teresina Central hoje oferece 12 cursos superiores, assim distribuídos: (01) Bacharelado em Engenharia Mecânica; (04) Licenciaturas: ciências biológicas, física, matemática e química; (07) Cursos de Tecnologias:

alimentos, análise e desenvolvimento de sistemas, geoprocessamento, gestão ambiental, gestão em recursos humanos, radiologia e secretariado.

Curso/Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bel. em Eng.Mecânica	0 (40)	0 (40)	0 (40)	3 (40)	8 (40)	9 (40)	10 (40)	9 (40)	7 (40)	14 (40)	13 (40)
Lic.em Ciências Biológicas	10 (40)	14 (40)	23 (40)	14 (40)	14 (40)	20 (40)	18 (40)	47 (40)	29 (40)	44 (40)	16 (40)
Lic. em Física	2 (40)	0 (40)	6 (40)	15 (40)	10(40)	6 (40)	7 (40)	1 (40)	20 (40)	7 (40)	3 (40)
Lic. em Matemática	4 (40)	2 (40)	14 (40)	11 (40)	15 (40)	7 (40)	23 (40)	39 (40)	26 (40)	18 (40)	3 (40)
Lic. em Química	0 (40)	2 (40)	6 (40)	11 (40)	10 (40)	15 (40)	5 (40)	9 (40)	5 (40)	11 (40)	10 (40)
Tec. em Alimentos	7 (40)	8 (40)	6 (40)	12 (40)	8 (40)	7 (40)	6 (40)	11 (40)	10 (40)	20 (40)	0 (40)
Tec. em ADS	21 (40)	31 (40)	21 (40)	10 (40)	11 (40)	6 (40)	3 (40)	8 (40)	5 (40)	1 (40)	8 (40)
Tec. em Geoprocessamento	7 (40)	21 (40)	6 (40)	1 (40)	4 (40)	15 (40)	6 (40)	7 (40)	6 (40)	7 (40)	5 (40)
Tec.em Gestão Ambiental	15 (40)	6 (40)	10 (40)	22 (40)	15 (40)	21 (40)	15 (40)	6 (40)	5 (40)	18 (40)	2 (40)
Tec.em Gestão de RH	26 (40)	23 (40)	15 (40)	26 (40)	14 (40)	16 (40)	19 (40)	3 (40)	12 (40)	6 (40)	10 (40)
Tec. em Radiologia	3 (40)	14 (40)	10 (40)	17 (40)	7 (40)	29 (40)	4 (40)	14 (40)	8 (40)	14 (40)	1 (40)
Tec. em Secretariado	20 (40)	4 (40)	28 (40)	3 (40)	18 (40)	8 (40)	4 (40)	13 (40)	8 (40)	11 (40)	2 (40)

Tabela 1 – Relação de ingressantes e egressos no campus Teresina Central no período de 2009 a 2019

Já o campus Teresina Zona Sul oferece os seguintes cursos: design de modas, engenharia civil, gastronomia e informática.

Curso/ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tec. em Gastronomia	0 (30)	0 (30)	0 (30)	8 (30)	3 (30)	17 (30)	12 (30)	5 (30)	2 (30)
Tec. em Informática	0 (0)	0 (35)	0 (35)	0 (35)	0 (35)	7 (35)	30 (35)	17 (35)	8 (35)
Tec. em Design de Moda	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (30)	0 (30)	0 (30)
Bel. em Eng. Civil	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (40)

Tabela 2 – Relação de ingressantes e egressos do campus de Teresina Zona Sul no período de 2011 a 2019. Fonte: E-SIC (2020).

Apesar da diversidade de cursos que a Instituição oferece, seja na formação propedêutica, seja na formação profissional, ainda se verifica grande discrepância na relação alunos ingressantes e alunos egressos.

3.2 Inserção do Campus Angical no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Angical, também contemplada com a implantação de um campus do IFPI, está localizada no Território Entre Rios, Macrorregião Meio-Norte da Bacia do Parnaíba. A dinâmica econômica dessa região está voltada para os cultivos tradicionais de arroz, milho, feijão, mandioca, castanha de caju. Também é tradicional na região a ovinocaprinocultura, a bovinocultura, a avicultura, a piscicultura e a apicultura. O artesanato, a indústria, o comércio, o extrativismo do coco babaçu e da carnaúba, e a fruticultura também são atividades representativas da região.

Observa-se ainda um desenvolvimento crescente das áreas de agroindústria com o cultivo da soja, da cana-de-açúcar, da mamona e a instalação de usinas de produção de biocombustível. O turismo também tem recebido incrementos através do carnaval e de eventos culturais de valorização das raízes folclóricas.

A implantação do Campus na cidade de Angical baseia-se em critérios previamente determinados, dentre os quais:

- a) A proximidade aos arranjos produtivos instalados em nível local e regional;
- b) A importância do município para o território Entre Rios, do qual é parte integrante;
- c) Os valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico por aquela região;
- d) A existência de potenciais parcerias com a implantação do Campus do IFPI.

Tendo em vista esse contexto, o IFPI, enquanto instituição engajada no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, propõe mudar essa realidade, objetivando intervir no desenvolvimento da cidade de Angical e dos municípios circunvizinhos, com uma oferta de cursos de educação profissional e tecnológica que atendam às necessidades educacionais locais.

A realidade atual do campus Angical está consolidada na oferta de (03) cursos superiores: administração, física e matemática. Apesar da pouca diversidade de opções de cursos para formação superior, ainda se percebe enorme distorção na relação quantitativa de alunos ingressantes e de alunos concluintes.

Curso/ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Administração	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (40)	0 (40)	0 (40)
Lic. em Física	0 (0)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	12 (40)	12 (40)	4 (40)	14 (40)	22 (40)
Lic. em Matemática	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	10 (40)	0 (40)	22 (40)	13 (40)	25 (40)	0 (40)

Tabela 3 – Relação de ingressantes e egressos do campus de Angical no período de 2010 a 2019. Fonte: E-SIC (2020).

3.3 Inserção do Campus de Parnaíba e Cocal no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Parnaíba está localizada a 318 km de Teresina, a capital do Estado, e possui apenas 66 km de extensão. É a principal cidade da microrregião do Litoral Piauiense, situada ao norte do Estado do Piauí, compõe o Território de Desenvolvimento chamado de "Planície Litorânea". Possui uma economia baseada em prestação de serviços, notadamente, no setor de Turismo. A Figura 5, demonstrada acima, mostra o Território

de Desenvolvimento Planície Litorânea onde está localizada a cidade de Parnaíba e demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

Parnaíba tem na sua economia o potencial de algumas atividades em expansão, contrastando com o fornecimento insuficiente de saneamento ambiental e serviços para o bem-estar da população, como: água potável, educação sanitária ambiental e o uso e ocupação dos solos e eficiência na gestão dos serviços de educação e saúde.

Parnaíba foi privilegiada com a implantação do IFPI em uma das fases iniciais da expansão, mas até agora só oferece 03 cursos de formação superior, quais sejam: física, processos gerenciais e química. O leque de opções é bastante restrito e ocorre grande distorção entre o número quantitativo de alunos ingressantes e o número de alunos que integralizam o curso, como é mostrado nos dados abaixo.

Curso/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Lic. em Física	0 (0)	6 (40)	4 (40)	9 (40)	3 (40)	8 (40)	9 (40)	13 (40)
Lic. em Química	0 (40)	14 (40)	7 (40)	26 (40)	12 (40)	15 (40)	6 (40)	15 (40)
Tec. em Processos Gerenciais	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (40)	0 (40)	14 (40)

Tabela 4 – Relação de ingressantes e egressos do campus de Parnaíba no período de 2012 a 2019

Já o campus de Cocal, que também faz parte do Território de Desenvolvimento Planície Litorânea, é um campus bastante jovem e incipiente e, por isso, ainda não apresentou resultado de alunos egressos. O campus oferece 03 cursos superiores: agroecologia, matemática e química.



Figura 5 – Território de Desenvolvimento Vale do Rio Guaribas

3.4 Inserção do Campus de Picos no contexto socioeconômico do Piauí

A região de Picos tem sua base econômica centrada, principalmente, no comércio, na apicultura, na cajucultura, e no turismo. Os setores primário e secundário, embora minoritários na formação da renda total, absorvem parcelas significativas da mão-de-obra. Picos é uma das cidades mais economicamente desenvolvidas da região. Essa qualidade, aliada ao seu estratégico posicionamento geográfico, lhe confere a condição de polo comercial efervescente no Piauí, especialmente, de combustível e mel.

É uma das maiores produtoras de mel do país e destaca-se também por sediar uma unidade do Exército Brasileiro, o 3o BEC – Batalhão de Engenharia e Construção. A Figura 5, demonstrada acima, apresenta o Território de Desenvolvimento Vale do Rio Guaribas onde o município de Picos está localizado e demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região, conforme divisão definida em 2007 pela SEPLAN.

O município de Picos é constituído de uma grande rede de ensino público e privado. Em 2008, a rede municipal dispunha de 78 escolas, a rede estadual, 17 escolas, e a rede particular possuía 15 escolas, atendendo aos níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

O município conta ainda com quatro Campi universitários, dentre eles, o IFPI, que oferece dois cursos de licenciatura: Química e Física, além do curso de tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas. Percebe-se que há pouca variedade de opções de cursos e, ainda, que o número de alunos acolhidos na Instituição destoa grandemente do número de alunos que se forma nela, conforme se depreende nos dados abaixo.

Curso/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Lic. em Física	0 (0)	6 (40)	8 (40)	11 (40)	19 (40)	13 (40)	9 (40)	7 (40)
Lic. em Química	0 (40)	18 (40)	5 (40)	16 (40)	34 (40)	12 (40)	16 (40)	10 (40)
Tec. em ADS	0 (0)	0 (40)	0 (40)	1 (40)	16 (40)	8 (40)	5 (40)	2 (40)

Tabela 5 – Relação de ingressantes e egressos no campus de Picos no período de 2012 a 2019

3.5 Inserção do Campus Paulistana no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Paulistana está localizada no Território Vale do Rio Guaribas, na Bacia do Rio Parnaíba. É composto por quatro aglomerados que agrupam trinta e seis municípios piauienses. Nesse Território, a história/tradição dos municípios mais antigos

convive com a "juventude/modernidade" dos municípios criados na década de 1990. Talvez isso explique a enorme contradição/contraste em seu componente socioeconômico, como por exemplo, um IDH de 0,605, um dos menores do Brasil (PNUD, 2010).

Ao mesmo tempo em que apresenta essas características, demonstra um potencial extraordinário para um processo sustentável de desenvolvimento. Observa-se um conjunto de atividades econômicas relevantes, especialmente no setor primário, que se tornam veículos de grandes oportunidades de desenvolvimento socioeconômico da população local e regional.

Dentre tantas potencialidades, evidenciam-se a agropecuária, com destaque para a ovinocaprinoicultura, agroindústria de processamento de mel e de algodão, e a indústria de cimento e de vermiculita. Diante desses indicadores, é evidenciado que o IFPI Campus de Paulistana tem plena capacidade de contribuir plenamente para ampliar os arranjos e cadeias produtivas locais, desempenhando um papel importantíssimo no processo de desenvolvimento do município e do Território Vale do Rio Guaribas.

O campus de Paulistana, hoje, oferece apenas 03 cursos de formação de nível superior, quais sejam: Administração, Química e Zootecnia. Sem, contudo, ter registro de alunos egressos, devido ao pouco tempo de funcionamento que iniciou em 2016.



Figura 6 – Território de Desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras

3.6 Inserção do Campus Floriano no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Floriano, localizada na microrregião do sul do Piauí e composta por 29 municípios, está situada à margem direita do rio Parnaíba, na divisa com o Estado do Maranhão. Devido à essa localização privilegiada e pelo fato de possuir a principal via fluvial de comunicação do Estado, a prática do comércio e de atividades agropastoris contribuiu para que o município prosperasse e Floriano se transformasse em um importante entreposto comercial e entroncamento rodoviário do Estado, referência para todo o sul do Piauí e do Maranhão.

A Figura 6, demonstrada acima, apresenta o Território de Desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira onde se localiza Floriano e demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região. O fenômeno da urbanização contribuiu para que a economia de Floriano se voltasse, preponderantemente, para os setores secundário e terciário, com atividades agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços.

Na agroindústria, o município atua nos seguintes setores: beneficiamento de caju (castanha, suco e doces); beneficiamento de cera de carnaúba; pasteurização e fabricação de laticínios; processamento e beneficiamento do mel de abelha; processamento e beneficiamento de grãos industriais e óleos vegetais; processamento e beneficiamento do pescado e fabricação de rações conforme divisão definida em 2007 pela SEPLAN.

Há de considerar-se, ainda, como perspectiva, o surgimento de uma nova fronteira agrícola – os cerrados no sul do Piauí e do Maranhão. E, Floriano, como principal porta de acesso a essa região, torna-se um grande centro de comércio e de industrialização da soja e outros grãos, visando os mercados europeu e asiático. Dentre outros setores que vêm alavancando a economia da microrregião de Floriano são os setores de saúde e educação. O setor de saúde é configurado atualmente pela assistência médico-sanitária e possui diversos estabelecimento.

No setor de educação, Floriano já é conhecida como um importante polo de educação, pois a cidade, apesar de ser de pequeno porte, possui duas instituições federais, uma delas, o IFPI - Campus Floriano, e outra a Escola Agrotécnica, vinculada à Universidade Federal do Piauí. Além do IFPI, que também é uma Instituição de Ensino superior, a cidade conta com a Universidade Estadual do Piauí - UESPI, e ainda com três IES's Privadas. Sua rede de ensino atende aos municípios do Sul do Estado do Piauí e do Maranhão, contribuindo para que a cidade detenha um dos maiores índices de estudantes per capita, em torno de 37% da população local.

O campus do IFPI de Floriano, um dos primeiros a compôr a estrutura do IFPI, conta hoje com a oferta de 03 cursos superiores, a saber: análise e desenvolvimento de

sistemas, ciência biológicas e matemática. Apresenta-se abaixo os dados de ingressantes e egressos do campus:

Curso/Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tec. em ADS	0 (40)	0 (40)	17 (40)	17 (40)	20 (40)	26 (40)	14 (40)	24 (40)	17 (40)	19 (40)	25 (40)
Lic. em Matemática	0 (40)	8 (40)	22 (40)	4 (40)	22 (40)	13 (40)	11 (40)	22 (40)	34 (40)	12 (40)	10 (40)
Lic.em Ciências Biol.	0 (40)	0 (0)	29 (40)	9 (40)	22 (40)	13 (40)	11 (40)	22 (40)	34 (40)	12 (40)	10 (40)

Tabela 6 – Relação de ingressantes e egressos no campus de Floriano no período de 2009 a 2019



Figura 7 – Território de Desenvolvimento Chapada das Mangabeiras

3.7 Inserção do Campus Corrente e do Campus Oeiras no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Corrente está localizada no Território Chapada das Mangabeiras, Macrorregião de Desenvolvimento dos Cerrados. O Território é formado por 25 municípios (sendo 24 no Piauí, e o município de Alto Parnaíba, no Maranhão). O Setor Agropecuário se apresenta como a potencialidade econômica de maior expressão.

A agricultura dos cerrados representa o forte potencial desse território, tendo atraído grandes empresas do ramo nos últimos anos. A fruticultura desponta com grande perspectiva de desenvolvimento em função da localização geográfica, dos recursos naturais disponíveis, como água e solo, dos fatores climáticos e do alto grau de luminosidade, durante todo o ano. Essas condições favorecem o desenvolvimento das culturas frutíferas como o caju, umbu, cajá, mangaba, banana, abacaxi, buriti, e das culturas irrigadas, como: manga, lima ácida, maracujá, dentre outras.

Por outro lado, a pecuária bovina tem motivado a circulação de recursos com a comercialização de carne, leite e animais vivos. O comércio também contribui significativamente para o aumento do fluxo de renda do mercado na região, com destaque para o comércio varejista de gêneros alimentícios, confecções, móveis, eletrodomésticos, maquinários agrícolas, e outros.

Além disso, outros setores, como o de hotelaria e o imobiliário, abrem novos caminhos, seguidos pela construção civil e o turismo de prestação de serviços. A implantação do Campus Corrente baseia-se em critérios previamente determinados, dentre os quais:

- a) A proximidade aos arranjos produtivos instalados, em nível local e regional;
- b) A importância do município para o território Chapada das Mangabeiras, do qual é parte integrante;
- c) Os valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico naquela região;
- d) A existência de potenciais parcerias para a implantação do Campus.

A Figura 7, demonstrada acima, apresenta o Território Chapada das Mangabeiras onde o município de Corrente está situado, bem como os demais municípios beneficiados pelo IFPI.

O IFPI, inserido no Projeto de Expansão da Rede Federal de Ensino e, por esse Plano impulsionado, pretende com o Campus Corrente e o Campus Oeiras marcar o começo de um novo tempo para cidade de Corrente e os outros 24 municípios que integram o Território Chapada das Mangabeiras. A existência do Campus Corrente e do Campus de Oeiras torna possível uma oferta de cursos de educação profissional e tecnológica que atende às demandas da região, contribuindo eficazmente para mudanças socioeconômicas significativas.

Atualmente, o campus Corrente do IFPI oferece 04 cursos superiores em sua estrutura organizacional, quais sejam: análise e desenvolvimento de sistemas, física, gestão ambiental e matemática. Verifica-se, nos dados abaixo, baixo índice de alunos egressos em relação ao quantitativo de vagas ofertadas. Em relação ao campus Oeiras, este por ser mais recente, oferece apenas 02 cursos superiores: administração e física. Não há ainda registro de alunos egressos deste campus.

Curso/ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Lic. em Matemática	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	10 (40)	11 (40)	0 (40)	14 (40)	0 (40)	5 (40)
Tec. em Gestão Ambiental	0 (0)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	21 (40)	0 (40)	30 (40)	16 (40)	18 (40)
Lic. em Física	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (40)	0 (40)
Tec. em ADS	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (40)	0 (40)

Tabela 7 – Relação de ingressantes e egressos do campus de Corrente no período de 2010 a 2019. Fonte: E-SIC (2020).

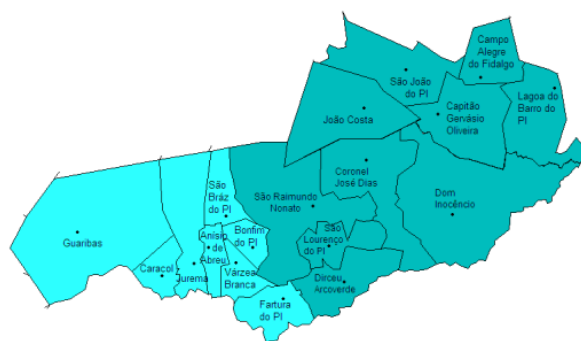


Figura 8 – Território de Desenvolvimento Serra da Capivara

3.8 Inserção do Campus São Raimundo Nonato e do Campus de São João do Piauí no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de São Raimundo Nonato está localizada no Território da Serra da Capivara, formado por 18 (dezoito) municípios. A base econômica desse Território está assentada nos recursos naturais. Com referência à sociedade local, o Turismo se encontra agregado ao conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural. Conjunto esse comprometido com o potencial produtivo - agropecuário, agronegócio, apicultura e de serviço.

Dentre as características do Território, destacam-se a riqueza de sítios arqueológicos no Parque Nacional da Serra da Capivara, sendo 500 sítios de pinturas rupestres e 300 com aldeias, cemitérios e acampamentos, e do Parque Nacional da Serra das Confusões.

O Território possui um baixo índice de desenvolvimento humano - IDH, tendo como elementos limitantes a inexistência de saneamento ambiental, para provimento de condições de salubridade do meio físico, de saúde e bem-estar da população. Algumas dessas limitações podem ser contornadas e/ou minimizadas com a implantação de um projeto de educação que atenda a essas necessidades educacionais locais e regionais. Ao tempo em que o Território tem muitas limitações, apresenta, também, muitas potencialidades e arranjos produtivos variados, dentre os quais, tornam-se evidentes a apicultura, o extrativismo de frutas exóticas e o extrativismo de argila para a fabricação de cerâmica vermelha e artesanato.

A Figura 8, demonstrada acima, apresenta o Território Serra da Capivara onde o município de São Raimundo Nonato está situado, bem como os demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

Diante do exposto, não há dúvidas de que a implantação do Campus São Raimundo Nonato e do Campus de São João do Piauí possibilita a oferta de cursos de educação profissional que atenderão às demandas identificadas na região, os arranjos e cadeias

produtivas locais, desempenhando um papel importante no processo de desenvolvimento das atividades em expansão no Território da Serra da Capivara, contribuindo eficazmente para mudanças significativas na região.

O Campus de São Raimundo Nonato oferece 03 cursos superiores em sua estrutura, a saber: física, gastronomia e matemática. Tendo registro de baixo índice de egressos destes cursos na Instituição, conforme se verifica nos dados abaixo.

Curso/ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Lic. em Física	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (40)	0 (40)	0 (40)
Lic. em Matemática	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	5 (40)	5 (40)	14 (40)	4 (40)	12 (40)
Tec. em Gastronomia	0 (30)	0 (30)	0 (30)	0 (30)	0 (30)	5 (30)	2 (30)	10 (30)	0 (30)

Tabela 8 – Relação de ingressantes e egressos do campus de São Raimundo Nonato no período de 2011 a 2019. Fonte: E-SIC (2020).

Já o Campus de São João do Piauí, ainda muito incipiente, oferta apenas dois cursos superiores: administração e ciências biológicas, ainda sem registro de egressos do campus.



Figura 9 – Território de Desenvolvimento dos Cocais

3.9 Inserção do Campus Piripiri e do Campus de Pedro II no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Piripiri localiza-se no Território dos Cocais, na Bacia do Parnaíba. O Território é formado por 41 municípios piauienses, maranhenses e cearenses. Na parte piauiense do Território, destacam-se os municípios de Esperantina e Piripiri. O Território dos Cocais, localizado na Macrorregião Meio Norte, assim se denomina em virtude da

presença de ricas espécies de palmeiras como coco babaçu, carnaúba e buriti, principalmente nos Estados do Piauí e Maranhão, configurando-se principalmente como zona de transição entre a floresta amazônica, a caatinga e o cerrado.

O Parque Nacional de Sete Cidades, localizado entre os municípios de Piripiri e Piracuruca, destaca-se pela importância histórico-cultural. Pesquisas realizadas apontam para a existência, em épocas remotas, de civilizações desenvolvidas naquela localidade. Aberto à visitação pública, ele representa, na atualidade, uma das principais riquezas naturais do Território. A exploração da opala, no universo da exploração mineral, põe-se em evidência pela importância econômica que assume, no âmbito das atividades mineradoras. No município de Pedro II, encontram-se as únicas jazidas de opala existentes no Brasil.

A Figura 9, demonstrada acima, apresenta o Território de Desenvolvimento dos Cocais onde está situado o município de Piripiri, bem como os demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

A implantação do Campus de Piripiri baseia-se em critérios previamente determinados, dentre os quais:

- a) A proximidade aos arranjos produtivos instalados, em nível local e regional;
- b) A importância do município para o Território dos Cocais, do qual é parte integrante;
- c) Os valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico naquela região;
- d) Potenciais parcerias para a implantação do Campus.

O IFPI, inserido no Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica pretende, com a implantação desse Campus, dá início a um novo tempo na região, contribuindo sobremaneira para o seu desenvolvimento, em múltiplos segmentos sociais. A existência do Campus de Piripiri tornará possível uma oferta de cursos de educação profissional e tecnológica que atenda às demandas da região, contribuindo eficazmente para mudanças socioeconômicas significativas. Esse objetivo é amplo e está em consonância com os objetivos mais abrangentes do IFPI.

O campus Piripiri oferece 03 cursos superiores: administração, design de moda e matemática. Apresenta baixo percentual de alunos egressos formados na Instituição, conforme se depreende dos dados abaixo.

Curso/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Lic. em Matemática	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	20 (40)	26 (40)	25 (40)	2 (40)	9 (40)	6 (40)
Tec. em Design de Modas	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	1 (40)	7 (40)

Tabela 9 – Relação de ingressantes e egressos no campus de Piripiri no período de 2012 a 2019

Em relação ao campus de Pedro II, este oferece 03 cursos superiores: administração, análise e desenvolvimento de sistemas e ciências biológicas. Assim como o caso do campus de Paulistana, não há ainda registro de alunos egressos da Instituição devido ao pouco tempo de funcionamento.

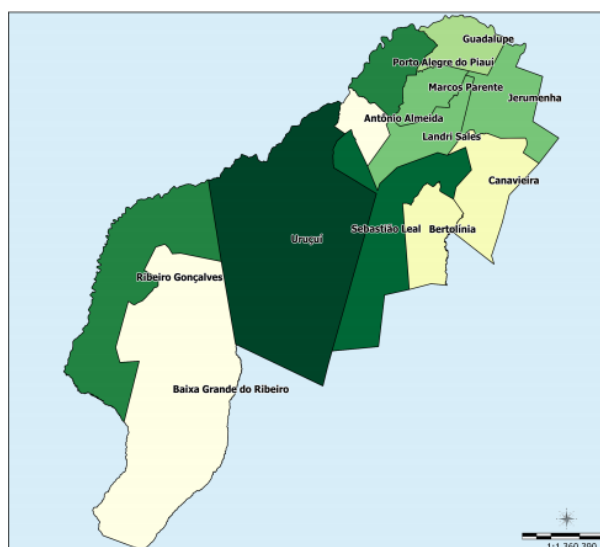


Figura 10 – Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba

3.10 Inserção do Campus Uruçuí no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Uruçuí está localizada no Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, Macrorregião de Desenvolvimento do Cerrado Piauiense. A região é composta por 25 municípios, 12 do lado piauiense e 13 do lado maranhense. Dentro desse território, Uruçuí é o município que mais se destaca em virtude da oferta de serviços, como: saúde, intermediação financeira e comércio atacadista.

Muitas são as oportunidades de negócio na região, que vão desde a implantação de indústria de esmagamento de grãos, até as atividades auxiliares, como: hotéis, restaurantes e equipamentos de lazer, fabricação ou revenda de máquinas, equipamentos e implementos, produção ou revenda de mudas e sementes, etc.

Nesse contexto, o IFPI, através do Campus de Uruçuí, encontra espaço para oferecer excelentes cursos de educação profissional, que marcam um novo tempo para os municípios que integram o Território Tabuleiros do Alto Parnaíba. Acredita-se que uma maior expansão dos conhecimentos tecnológicos gera desenvolvimento, e, por isso, o IFPI assume o compromisso de trabalhar para colocar mais profissionais capacitados no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o objetivo maior do Campus de Uruçuí é oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, prestando serviços à comunidade uruçuiense, aos setores públicos e aos produtivos, a fim de responder às demandas mercadológicas e conceber soluções para os desafios educacionais emergentes, mediante a formação integral de sua clientela.

Diante dessas informações, o IFPI implantou o campus de Uruçuí para atender às demandas da região e hoje oferece 03 cursos superiores, quais sejam: agronomia, ciências biológicas e matemática. Apresenta, também, baixo índice de alunos concluintes dos cursos oferecidos, conforme se pode observar nos dados abaixo.

Curso/ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Lic. em Matemática	0 (40)	0 (40)	0 (40)	13 (40)	7 (40)	12 (40)	10 (40)	5 (40)	5 (40)	1 (40)
Lic. em Ciências Biológicas	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)
Tec. em Agronomia	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (40)	0 (40)	0 (40)	0 (40)

Tabela 10 – Relação de ingressantes e egressos do campus de Uruçuí no período de 2010 a 2019. Fonte: E-SIC (2020).

O campus Campo Maior, que integra o Território dos Carnaubais, oferece cursos superiores, mas ainda sem qualquer registro de alunos concluintes, pois iniciou a oferta de vagas em 2018. Os cursos oferecidos no Campus Campo Maior são: administração e matemática.

O campus Valença, que integra o Território Vale do Sambito, oferece curso superior, também sem qualquer registro de alunos egressos. O curso oferecido no Campus Valença é apenas o de ciências biológicas.

Por fim, expostos estes dados que refletem a real situação em cada campus do IFPI, onde dos 17 campi que compõem a Instituição, oferecendo cursos superiores, apenas 10 deles têm registro de alunos egressos, uma vez que certa parte possui pouco tempo de funcionamento, não sendo possível ainda o egresso de alunos. Embora a quantidade de alunos ingressantes no IFPI seja grande, apenas uma fração é inserida no mercado de trabalho.

3.11 Conclusão do capítulo

O objetivo almejado neste capítulo do trabalho foi analisar a contribuição do processo de interiorização do IFPI para o fortalecimento do desenvolvimento local e territorial, tendo como pressuposto a manutenção da qualidade do ensino técnico e profissionalizante. O foco de análise foi a divisão do Estado em Territórios de Desenvolvimento, a partir do trabalho feito pela SEPLAN do Governo estadual para a definição dos cursos nos territórios de abrangência do IFPI, e ainda aspectos relacionados à melhoria da renda e da qualidade de vida.

Este estudo teve por base a hipótese de que a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica promove a descentralização e desconcentração das oportunidades de oferta de uma educação de qualidade na formação profissional de seus alunos egressos, alterando de forma positiva a qualidade de vida destes. Por outro lado, revela-se que essa formação profissional e as potencialidades produtivas dos locais de abrangência da Instituição mantêm entre si uma tênue conexão.

No que se refere especificamente ao aspecto da interiorização, chegou-se à conclusão de que em muitos municípios do interior do Estado, as oportunidades de trabalho são, sobretudo, escassas. Porém, a Lei no 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, tem, em seu Art. 6º, que os Institutos Federais têm, entre as suas finalidades, realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Dessa forma, percebe-se que muito ainda há de se fazer para que se possa ver o avanço e desenvolvimento no interior do Estado, em relação ao aspecto do empreendedorismo, do cooperativismo, da educação profissional, para que haja a propagação de novas tecnologias sociais e inovativas.

Concretamente, temos que a interiorização da educação profissional e, conseqüentemente, a elevação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), quer seja na dimensão territorial, quer seja na dimensão local, passa pela dimensão da educação profissionalizante. Porém, a coerência supõe que dificilmente haverá chance de se emancipar e sair da incômoda situação de dependência dos locais atendidos diretamente pelos IFs, sem que sejam implementadas variadas políticas públicas, que auxiliem no desenvolvimento local.

Por fim, há de se reconhecer as potencialidades dos territórios de abrangência da Instituição como fonte de empregabilidade e sustentabilidade, já que mantêm vínculo com a história e a cultura locais, valorizando as relações sociais. Isso sim, constitui-se um grande desafio das políticas públicas e um contraponto essencial na perspectiva de desenvolvimento local e regional, por meio da interiorização da educação profissional.

No Capítulo que segue, tendo por base a descrição de cada campus feita em detalhes neste Capítulo e, mais especificamente, os cursos que cada um oferece e os dados numéricos relativos à quantidade de alunos egressos em cada um deles, faremos uma abordagem de algumas externalidades que têm reflexos na efetividade do desempenho da educação oferecida pela Instituição, apontando os desafios a serem superados, bem como sugerindo as perspectivas de programas e ações institucionais que visam melhorar a qualidade do ensino no IFPI.

4 Educação profissional: desafios e perspectivas

Diante do cenário apresentado no Capítulo anterior, em que se revela a atual realidade do Instituto Federal do Piauí, neste Capítulo abordaremos aspectos de grande relevância para a escolha de cursos a serem implantados nos diversos campi do IFPI, como diretrizes para a política de expansão da Instituição, notadamente no aspecto político e pedagógico que permeiam toda a dinâmica de interiorização do IFPI, a fim de que se possa conhecer e entender a significância da Instituição para o contexto socioeconômico, político e cultural nos territórios que abrange.

A preocupação com o acompanhamento dos alunos egressos atinge sobremaneira as Instituições de Ensino Superior (IES), conforme verificado em algumas fontes consultadas. Dessa forma, a Instituição, para controlar o fluxo e acompanhar seus alunos concluintes, oferece cursos de extensão, por exemplo, para atrair seus alunos egressos, como forma de complementação de sua formação acadêmica, viabilizando esse contato com o egresso através da utilização de um mecanismo de informação online, no qual o ex-aluno faz um cadastro e expõe sua formação acadêmica e seu perfil profissional.

Assim, os alunos egressos contribuem com sugestões e opiniões sobre a Instituição e sobre o curso em que se formaram, apontando os aspectos positivos ou negativos por eles vivenciados, para um melhor exercício do trabalho em sua área de formação. Dessa forma, a criação de um *networking* com ex-colegas de curso ajudaria grandemente na indicação de emprego.

Os resultados desta pesquisa, mostrados no Capítulo anterior, referentes aos campi que compõem o IFPI são bastante reveladores de uma realidade que apresenta experiências de sucesso, como a diversidade de cursos oferecidos e a quantidade de alunos que são acolhidos; mas também mostra o fracasso de algumas ações no campo de gestão de egressos, como a discrepância entre o número de alunos ingressantes e o quantitativo de egressos, bem como a necessidade de uma política de gestão de egressos da Instituição. Dentro deste contexto, destacamos como fatores que contribuem positivamente para o êxito da expansão e interiorização do IFPI, bem como para o atendimento dos propósitos institucionais no cumprimento de sua missão:

- a) maior possibilidade de conquistas profissionais dos egressos, em virtude da formação de qualidade obtida na Instituição – sem dúvidas, temos aqui o maior dos requisitos da Instituição, qual seja, oferecer uma educação de qualidade para promoção do sucesso profissional de seus egressos e o seu bem-estar social;
- b) a formação de mão-de-obra qualificada, com base no foco tecnológico de cada campus,

contribui significativamente para o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL's) e estimula determinadas ações de empreendedorismo – nesse aspecto, o campus voltando seu foco para o eixo tecnológico que visa o desenvolvimento dos APL's, transcende o campo da formação acadêmica e promove ações empreendedoras que dão respaldo aos alunos egressos da Instituição;

- c) a melhoria do nível educacional da população - com efeito, a elevação do nível de escolarização induz a transformações de natureza socioculturais e aumento das perspectivas de melhoria na qualidade de vida, propiciando avanços no desenvolvimento da educação no estado do PI.

O principal aspecto positivo apontado aqui diz respeito, sem dúvida, à geração de oportunidades de formação profissional nos municípios diretamente atendidos dentro do Território de Desenvolvimento em que está inserido. Tal fato, por si mesmo, constitui-se num avanço, tendo em vista o fato de a política de educação profissional e tecnológica realmente ter avançado, consideravelmente, nesta primeira década do século XXI.

Na contramão dos pontos positivos destacados, apresentamos aspectos que necessitam de atenção no cuidado que a Instituição precisa ter com seus alunos egressos, uma vez que tais fatores impactam negativamente no trato da gestão de egressos. Dentre tais fatores, destacamos:

- a) Escassez de oportunidades de emprego em determinados espaços econômicos e/ou setores de atividades - considere-se aqui o fato de que alguns dos municípios contemplados com campus do IFPI ofertam cursos que não atendem um dado APL, bem como, outros campi que poderiam receber esse mesmo curso, justificado pelo APL entre outros motivos, não o ofertam sob a justificativa do IFPI já havê-lo feito; isto requer a especialização dos campi em determinadas áreas, tendo-se em vista a preocupação com a manutenção da qualidade do ensino e um melhor casamento com a realidade e potencialidades locais.
- b) As regras de escolha para os municípios favorecidos pela expansão do IFPI foram arbitrárias – essas regras são mais de natureza política e eleitoreira do que de natureza técnica, denotando um certo caráter político-partidário. As demandas da população precisam ser melhores investigadas. Observa-se a restrição dos cursos oferecidos em face das reais potencialidades locais ou da estrutura cultural-social-produtiva.
- c) A carência de aulas práticas, bem como a deficiência de investimento em laboratórios e equipamentos necessários – isso revela as diferenças na qualidade da infraestrutura entre os campi do próprio IFPI, o que deixa vulnerável o desenvolvimento de habilidades práticas, necessárias ao exercício da profissão, por parte dos alunos. A deficiência de aulas práticas, hipoteticamente, seria capaz de fragilizar o desenvolvimento de

habilidades práticas necessárias em determinados cursos, pelo fato de a infraestrutura em expansão não estar consolidada.

Aqui temos três aspectos que poderíamos entender como desafios a serem superados para dar efetividade à atuação do IFPI nos locais de abrangência. Isso se coaduna com o pensamento de Kuenzer, segundo o qual o que determina a inclusão ou não no mercado de trabalho "não é a presença ou a ausência de qualificação, mas as demandas do processo produtivo que combinam diferentes necessidades de ocupação da força de trabalho, a partir da tarefa necessária à realização da mercadoria" (KUENZER, 2007, p. 1168) .

Em face disso, Vieira e Alves dizem:

"O processo educacional, seja formal ou informal, não pode ficar alheio aos problemas do emprego, nem pode restringir-se a preparar ou capacitar um cidadão para apenas um emprego." (ALVES; VIEIRA, 1996, p. 126)

E, com uma visão mais crítica, Carvalho diz:

"(...) o conteúdo da formação cidadã foi ressignificado e absorvido pelas executoras dos cursos de qualificação profissional, (...) com o sentido de formar indivíduos para uma cidadania instrumental, prática, comportamental, para a civildade, e não exatamente como formação de um sujeito reivindicativo e propositivo, mas adaptado, "acomodado" na sociedade." (CARVALHO, 2012, p. 18)

Todos os aspectos aqui referenciados, positivos ou negativos, têm na figura do aluno egresso o repositório de informações necessárias para que a Instituição opere as mudanças para melhor atender à sua clientela. Sugere-se às instituições que atualizem seus cursos de acordo com a demanda do mercado. Com a colaboração do egresso na pesquisa, é possível obter informações para tais mudanças. A melhor solução encontrada foi a de que as instituições que se preocupam em acompanhar seus egressos utilizem um sistema online que facilite a comunicação com os ex-alunos e contribua com a oferta de cursos de extensão para melhorar a sua qualificação profissional.

Em decorrência disso, um aspecto abordado neste trabalho e que aqui se retoma como um desafio a ser superado pela Instituição é a fixação do aluno egresso no local em que se formou, uma vez que no que se refere à possibilidade de fixação dos egressos nos municípios de abrangência onde se qualificou, acredita-se que "parte" dos egressos permanecerá no local de formação e "parte" migrará naturalmente. Ou seja, constata-se que há uma "desconexão relativa" entre a oferta de alguns cursos e as potencialidades locais. Assim, podemos deduzir que não há convergência nas perspectivas almejadas pelos egressos, mas ideias opostas. Por exemplo, uma delas é a de que a mão de obra formada atenderá as demandas locais e das cidades circunvizinhas dentro do mesmo Território de Desenvolvimento, com isso os egressos desejariam permanecer na cidade, dar sua

contribuição para o desenvolvimento local, uma vez que a formação profissional abre novos horizontes, as possibilidades de empregabilidade aumentam, assim o profissional terá sua subsistência garantida e ainda permanecerá convivendo com seus entes mais próximos. Em posição contrária, deduz-se que poucos conseguirão fixação nos municípios que forem formados, uma vez que o Estado e seus municípios são muito pobres e, por esse motivo, não conseguem segurar a mão-de-obra qualificada. Outra questão é a grande oferta de vagas nas Universidades, já que com esse atrativo a grande maioria dos alunos egressos não ficam na região para trabalhar e sim procuram outros cursos superiores.

Entretanto, uma outra ideia mais reflexiva e equilibrada a ser considerada é a de que, após o término do seu curso, o egresso procura logo um emprego que lhe dê estabilidade e um bom salário. Se essas duas coisas estiverem presentes nos municípios ou nos territórios de abrangência, dificilmente esse egresso buscará outras regiões.

Em geral, não há qualquer garantia de que os egressos permaneçam em suas localidades de origem. Por isso, a questão que se aponta é que, independentemente da proporção de egressos que migram, há necessidade de implementação de políticas públicas que fortaleçam os mecanismos de desenvolvimento local, de modo a complementar a política de educação profissionalizante no processo desafiador de geração de oportunidades e de desenvolvimento local/territorial.

Dessa forma, a Instituição precisa estabelecer ou manter vínculo permanente com o segmento de egressos, para que estes possam participar de forma efetiva na construção de projetos institucionais, definição de cursos, mudanças nos projetos de cursos, indicando os pontos positivos e negativos vivenciados por eles, durante sua formação. Para isso, a Instituição precisa implementar ações específicas relacionadas ao desenvolvimento da própria Instituição e sua contribuição no processo de desenvolvimento local e territorial, nos respectivos territórios de abrangência, tais como, ações para reformulação do projeto pedagógico de alguns cursos, de modo a torná-los mais atinentes à demanda local e as potencialidades dos arranjos produtivos; ações de fortalecimento dos programas institucionais de extensão e de articulação ao ensino e pesquisa; ações para efetivação de parcerias com órgãos representativos das classes empresariais e trabalhadoras; dentre outras.

Há, ainda, outros mecanismos que podem potencializar a ação da Instituição nos Territórios em que atua, dentre os quais citamos, políticas/programas de incentivo ao empreendedorismo e para criação de cooperativas e associações; programa de divulgação e valorização dos recursos humanos formados pela Instituição e de articulação para absorção dos egressos pelo empresariado (mercado); políticas/programas de incentivo aos Arranjos Produtivos Locais, dentre outros.

Por fim, conclui-se que o rol de desafios, bem como de perspectivas no tema relativo a egressos, não é taxativo, uma vez que cada campus apresenta suas particularidades e peculiaridades, principalmente no trato com egressos.

5 Considerações Finais

O estudo desenvolvido nesta dissertação teve como método o levantamento bibliográfico, documental e virtual de pesquisas relacionadas ao tema, o levantamento da legislação pertinente e a análise de algumas experiências em instituições de nível superior do Brasil, no que tange ao tema "egressos", a fim de contextualizar a realidade atual do IFPI. Com as informações obtidas pela análise, observou-se que há a necessidade de implementar de forma mais efetiva uma política de acompanhamento dos egressos da Instituição, considerando-se que a maioria dos estabelecimentos de ensino procura meios de manter contato com seus ex-alunos para observar como eles estão após sua saída e buscar junto a esse seguimento elementos necessários para que se realize uma avaliação do desempenho da Instituição, do ponto de vista do aluno concluinte, para contribuir na modulação do curso em que foi formado, na qualidade do ensino que a Instituição oferece, bem como para respaldar o aluno egresso e a instituição junto à sociedade.

Diante do cenário que ora se apresenta com a proposição de mostrar a dinâmica do processo de expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica, com base na caracterização dos Territórios de Desenvolvimento em que há atuação do IFPI, promovendo o desenvolvimento local e regional, bem como enfatizando as potencialidades dos APLs que dão as diretrizes para que se implante um campus do IFPI, temos que a realidade aqui apresentada reflete a capilaridade que a Instituição imprime ao local em que se instala, na promoção de profundas alterações no contexto sócio-político e cultural da região.

O objetivo central deste trabalho foi analisar a contribuição do processo de interiorização do IFPI para o enraizamento do desenvolvimento local e territorial pelo efeito da geração de oportunidades educacionais para milhares de pessoas, tendo como pressuposto básico a manutenção da qualidade do ensino profissionalizante de nível médio e superior. O foco de análise foi a absorção de egressos no mundo do trabalho e o perfil da inserção laboral, assim como alguns problemas relacionados a não inserção e definição dos cursos nos diversos territórios de abrangência do IFPI, e ainda aspectos relacionados à melhoria da renda e da qualidade de vida local, por meio da absorção dos alunos egressos.

Quanto à análise sobre a melhoria da qualidade de vida ou bem-estar alcançado após a conclusão do curso, verificou-se que a maioria buscou uma formação técnica e profissionalizante sem experiência laboral prévia. Assim, subentende-se que a realização da formação profissional teve como objetivo imediato a inserção laboral. Com efeito, observa-se a geração de expectativas nos egressos quanto à melhoria rápida das suas perspectivas de futuro profissional. Ou seja, muitos egressos, mesmo realizando uma formação tida como de qualidade frente às oportunidades locais, não têm encontrado oportunidades de inserção significativas, sentindo dificuldade para adquirir experiência profissional. Isso induz ao

aumento da incerteza em relação à evolução da sua vida profissional, pela frustração de suas expectativas.

Alguns preferem galgar maior nível formal de estudo, procuram dar continuidade aos estudos mesmo que mudando completamente de área de formação inicial. Isso reflete o potencial de uma formação com qualidade educacional, no sentido de causar um diferencial positivo na vida, pela possibilidade da continuidade dos estudos. Como o processo de expansão é, de certo modo, bem recente, configura-se ainda o embate histórico em torno da valorização da formação mais específica e profissionalizante, em contraposição à formação geral e propedêutica, mais elitista e valorizada, oriunda das universidades.

No tocante a questão da interiorização, conclui-se que há escassez estrutural de oportunidades de trabalho em determinados municípios no interior do estado do Piauí, naturalmente, onde o PIB e o salário médio são menores, o que reforça a importância dinâmica local na geração destas oportunidades. Nesse sentido, observa-se a pouca abrangência de programas institucionais com esse enfoque.

Entretanto, a Lei no 11.892/2008, que institui a criação dos Institutos Federais, estabelece, em seu Art. 6º, que os Institutos Federais têm, entre as suas finalidades, realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido, no que diz respeito ao incentivo e desenvolvimento da cultura, do empreendedorismo, do cooperativismo e a difusão de tecnologias sociais e inovadoras, há muito que avançar e desenvolver no interior do Estado do Piauí. Apesar disso, alguns programas têm permitido avanços importantes, tais como: o Mulheres Mil, o Pronatec, os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de Educação de Jovens e Adultos (EJA). De outra parte, percentual considerável de egressos abandona a área de formação obtida no IFPI, certamente, por causa da escassez estrutural de oportunidades de emprego, ou mesmo, em face da desvalorização salarial.

Portanto, estes dados confirmam a hipótese de pesquisa, de conexão relativa entre o esforço de formação e qualificação profissional e as perspectivas profissionais dos egressos em relação ao mercado de trabalho local/territorial. Em particular, isso ocorre com mais intensidade em determinados municípios contemplados com a interiorização, cujo PIB é consideravelmente mais baixo e os salários médios pagos são ainda menores.

Em suma, destacamos os principais motivos pelos quais não ocorre inserção satisfatória dos egressos nos territórios de abrangência em vários municípios do Estado do Piauí que são: em determinados municípios não há postos de trabalhos suficientes na área de formação obtida, pois não há correlação clara com a demanda por mão-de-obra qualificada por parte das empresas locais; não há postos de trabalhos suficientes, porque a economia destes territórios tende a ser pouco dinâmica, vários municípios apresentam baixo crescimento econômico ou do PIB e há carência de convergência de outras políticas públicas e programas que propiciem investimentos voltados à reestruturação produtiva,

com base, por exemplo, nos APLs.

Em relação à possibilidade de migração, tida como um fator que enfraqueceria o processo de desenvolvimento local, por causa do deslocamento da mão-de-obra qualificada para cidades ou regiões polo. Percebe-se que nestes municípios, nas áreas de formação do IFPI, há menos oportunidades de trabalho ou estas são menos atrativas em relação às cidades ou regiões polo.

Com base na análise documental realizada em diversos setores da Instituição, para coleta de dados para a pesquisa, confirma-se a hipótese do estudo de que a expansão, ao descentralizar e desconcentrar as oportunidades de educação profissional e tecnológica, constitui-se em diferencial na trajetória de formação profissional de parcela expressiva dos egressos, conforme se viu na caracterização dos Territórios de Desenvolvimento.

Todavia, esta formação mantém uma conexão apenas relativa com as potencialidades produtivas das microrregiões, já que não se configura de modo abrangente a absorção de egressos no mercado de trabalho local. Há uma desconexão com as potencialidades locais por dois motivos constatados: primeiro, verificou-se que percentual considerável dos egressos ainda não atua profissionalmente na área de formação; e, segundo, em relação à parcela ocupada dos egressos, mostra que a atividade profissional é totalmente na área de formação obtida na Instituição, porém é incipiente.

Em outras palavras, existem lacunas quanto à definição correta das reais necessidades de formação e potencialidades produtivas destes municípios, conseqüentemente, a definição da oferta de vagas em cursos de determinadas áreas se mostra desconexa com a realidade local. Portanto, a absorção dos egressos no mercado de trabalho nos respectivos territórios de abrangência se mostra aquém das expectativas. Isto ocorre não somente por escolhas pouco adequadas de determinados cursos, mas em virtude de desequilíbrios estruturais da economia local, que impactam no sentido da escassez de oportunidades de trabalho, de crescimento e valorização dos profissionais formados. Todos estes fatores confirmam a hipótese orientadora desta pesquisa.

Há carência de aulas práticas e a existência de deficiências em determinados laboratórios, o que compromete o desenvolvimento de atividades e habilidades necessárias ao exercício da profissão, além da dificuldade de articulação institucional com empresas para implantação dos programas de estágio curricular com maior efetividade.

Como sugestões para trabalhos complementares vinculados a esta temática, ressalta-se a necessidade de estudos com coletas de dados primários diretamente nas empresas, associações e cooperativas. Pesquisas futuras podem explorar e analisar a demanda local por mão-de-obra por parte do setor produtivo, o perfil e magnitude das atividades produtivas existentes, a fim de constatar as especificidades dos mercados de trabalho, captar a extensão das oportunidades e potencialidades oferecidas nos locais e territórios de abrangência.

Assim se poderá demonstrar as necessidades reais e/ou potenciais dos agentes econômicos (produtores, fornecedores, comercializadores) quanto à educação profissional.

Entretanto, esse tipo de análise mantém-se em aberto, constituindo-se em importante sugestão futura de pesquisa, não apenas por sua importância e desafios, mas também porque são raras e/ou inexistentes as informações disponíveis sobre este tema no Piauí. A partir de estudos dessa natureza, pretende-se sistematizar os processos de monitoramento das condições da economia local, o que contribuiria ainda mais para o delineamento da oferta de cursos, implantação e evolução de programas educacionais (permanentes, complementares, estágios, dentre outros).

Para o levantamento de informações, todas as pesquisas documentais e bibliográficas foram realizadas com relação ao tema egresso, chegando-se à conclusão de que, para se ter uma boa gestão dos egressos, é necessária uma política institucional consolidada e um sistema de informações relacionado ao assunto. Com isso, as Instituições de Ensino Superior (IES) teriam melhor eficiência tanto para os egressos quanto para a sociedade.

O acesso do aluno egresso do IFPI, hoje é feito pelo site da Instituição, através do link "Q-Acadêmico", que dá acesso ao link "Egressos", no qual o aluno pode fazer um cadastro e ter acesso às informações da Instituição. Assim, o Acompanhamento é feito pelo cadastro que ex-alunos fazem no portal.

Portanto, é preciso alimentar anualmente, ou semestralmente, uma série histórica, onde seja possível realizar análises mais consistentes ao longo do tempo. O IFPI trilha por este caminho com a criação e implantação da plataforma "PORTAL DO EGRESSO", no site institucional, em consonância com a Resolução No 65/2018 – CONSELHO SUPERIOR, que traz o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso dos Cursos Regulares do IFPI. Além disso, sugestões de aperfeiçoamentos, pautadas em discussões, poderão vir a reforçar a metodologia aqui empregada, tornando mais completas a análise aqui já iniciada, uma vez que as políticas normalmente geram impactos não apenas no curto, mas também no longo prazo.

Por fim, a partir da experiência adquirida nesse estudo, mostrou-se completamente viável a sistematização da PAE no âmbito do IFPI, abrindo-se a expectativa de que sejam periodicamente e sistematicamente realizadas novas coletas de dados com recortes e fins mais específicos – atendendo, inclusive, a requisitos da avaliação institucional.

Referências

- ALVES, E. L. G.; VIEIRA, C. A. dos S. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. *Planejamento e políticas públicas*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, 1995.
- ARRUDA, M. da C. C. Escolas técnicas federais: escolas de elites ou instituições que formam para o trabalho? In: *Revista de educação técnica e tecnológica em ciências agrícolas (RETTA)*. Seropédica/RJ: EDUR, 2010. v. 1, n. 1. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/Retta/N01-2010.pdf>>. Acesso em: 10 Out. 2019.
- BRANDALISE, M. Avaliação dos cursos de graduação na perspectiva dos egressos: um indicador de avaliação institucional. *Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul-IX ANPED SUL*, 2012.
- BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909: Créa nas capitaes dos estados da escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Casa Civil, Rio de Janeiro, 1909.
- BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. dispõe sobre a instituição do sistema nacional de educação tecnológica e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 1994.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. Casa Civil, Brasília, p. 32–39, 1996.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Casa Civil, Brasília, 1997.
- BRASIL. Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997. regulamenta a lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 1997.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. institui o sistema nacional de avaliação da educação superior - sinaes e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 2008.
- CARVALHO, R. G. Política pública de qualificação profissional e a busca permanente do trabalhador para existir. In: *XVII Encontro nacional de Economia Política*. Rio de Janeiro: Sociedade de Economia Política (SEP), 2012. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos>>. Acesso em: 21 Dez. 2019.
- CARVALHO, V. G. dos Santos e Valdemir Galvão de. *Panorama do trabalho formal do RN na década de 90*. Natal/RN: IFRN, 2011.
- COELHO, M. do Socorro da C.; OLIVEIRA, N. C. M. de. Os egressos no processo de avaliação. *Revista e-curriculum*, São Paulo, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>. Acesso em: 15 Nov. 2019.

DELUIZ, N. et al. Metodologias e resultados do acompanhamento de egressos da educação profissional. In: *Seminário Nacional de Educação Profissional*. Brasília: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/gt13.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2019.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, Vozes. Petrópolis, v. 2, p. 31–50, 1994.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação & Sociedade*, v. 28, p. 1153 – 1178, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300024&nrm=iso>. Acesso em: 15 Set. 2019.

LIMA, A. C. da C.; LIMA, J. P. R. Mecanismos recentes de desenvolvimento regional no Brasil. *Revista da Sociedade de Economia Política (SEP)*, São Paulo, n. 28, p. 71–104, 2011. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=207>>. Acesso em: 21 Dez. 2018.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. d. A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de ciências contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças*, SciELO Brasil, v. 16, n. 37, p. 73–84, 2005.

MACHADO, G. R. *Um estudo do perfil demandado pelo mercado de trabalho para os alunos egressos da Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) — Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MACHADO, G. R. *Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MEC. *Portaria MEC Nº 646/97, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências*. Brasília: Ministério da Educação Ciência e Tecnologia, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2019.

MEC. *Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica: por uma Profissionalização Sustentável*. Brasília: Ministério da Educação Ciência e Tecnologia, 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Pacto.pdf>. Acesso em: 29 Set. 2020.

MEC. *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Ministério da Educação Ciência e Tecnologia, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pp.pdf>>. Acesso em: 25 Set. 2019.

MEC. *Proposta de Discussão - Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Ministério da Educação Ciência e Tecnologia, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2019.

- MEC/SETEC, CONCEFET, CONDAF, CONDETUF e SINASEFE. *Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica: por uma profissionalização sustentável*. Brasília: Ministério da Educação Ciência e Tecnologia, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Pacto.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2019.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Classificação da pesquisa. MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*, v. 2, p. 244, 2008.
- OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. *Projeto de acompanhamento de estudantes e de egressos / Sistema de Informação da Educação Profissional e Tecnológica*. Goiânia/GO: IFG, 2008. Disponível em: <http://www.ifgoias.edu.br/observatorio/images/downloads/projetos/projeto_acompanhamento_egressos.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2019.
- OLIVEIRA, D. A. de; DUARTE, A. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, n. 02, p. 279–301, 2005. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/gestrado/files/artigos/reguldapobreza.pdf>>. Acesso em: 30 Set. 2018.
- PACHECO, E. M. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal/RN: IFRN, 2010.
- PENA, M. D. C. Acompanhamento de egressos: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. CEFET/MG, Belo Horizonte, 2000.
- PNUD. Desenvolvimento humano e idh. 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 05 Out. 2020.
- ROCHA, B. de O. et al. Egressos do cefet/rn: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação. *Revista Holos*, Natal/RN, 2005. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/80/85>>. Acesso em: 11 Ago. 2019.
- RODRIGUES, J. L. P. Geografia e história do piauí: estudos regionais. Halley S.A., Teresina, 2008.
- SANTOS, J. G. dos; SOUZA, R. S. de. Proposta de acompanhamento dos egressos do ifb com base em um estudo do acompanhamento dos egressos em nível nacional. *REVISTA EIXO*, v. 4, n. 1, 2015.
- SILVA, J. M.; NUNES, R. d. S.; JACOBSEN, A. d. L. O programa de acompanhamento dos egressos da universidade federal de santa catarina: a definição do perfil dos estudantes no período 1970-2011. INPEAU, 2011.
- VASCONCELOS, N. V. C. d. *Egressos na avaliação da qualidade de um curso: o caso da engenharia de produção da UFRN*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.